

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Sociais
Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social
Mestrado em Políticas Sociais

Maria Angélica Lacerda da Silva

**VIOLÊNCIA ANTIGAY NO BRASIL: IMPACTOS E RESPOSTAS
INDIVIDUAIS**

NITERÓI
2005

Maria Angélica Lacerda da Silva

**VIOLÊNCIA ANTIGAY NO BRASIL: IMPACTOS E RESPOSTAS
INDIVIDUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Política Social.

Orientador: Prof. Dr. João Bosco Hora Góis.

**NITERÓI
2005**

VIOLÊNCIA NTIGAY NO BRASIL: IMPACTOS E RESPOSTAS INDIVIDUAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Política Social.

Niterói, 31 de Março de 2005.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. João Bosco Hora Góis
Universidade Federal Fluminense**

**Prof^a. Dr.^a Rita de Cássia dos Santos Freitas
Universidade Federal Fluminense**

**Prof^a. Dr.^a Carla Cristina Lima de Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

À minha mãe que é meu maior exemplo de mulher e que me ensinou a não desistir nunca. A Deus por me dar forças para suportar sua ausência.

Agradecimentos

- Ao meu pai, sem ele nada seria possível.
- Aos meus irmãos Cristina, Antonio e Maycom. É por vocês também.
- Ao meu orientador e eterno Professor João Bosco Hora Góis que, se tornou uma pessoa muito especial durante todos esses anos. Obrigada por contribuir com mais essa realização.
- A minha prima Beth que colaborou demais e foi parte fundamental para realização das entrevistas.
- As Professoras e Doutoradas Rita de Cássia dos Santos Freitas e Carla Cristina Lima de Almeida por aceitarem meu convite.
- Àqueles que dispuseram relatar suas histórias de vida com coragem. Sem vocês esse trabalho não seria possível.
- Às minhas primas, irmãs e amigas Luciana e Nina. Obrigada pela força em não me deixar desistir.
- A todas as minhas queridas AMIGAS (Valeu “Caramelos”!) e amigos que trilharam esse caminho comigo desde a graduação. Eu não conseguiria isso sem vocês!!
- A todos que direta e indiretamente atuaram nessa etapa da minha vida e me tornaram mais forte. Obrigada por me incentivarem.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I	
Alteridade e violência antigay.....	19
1 – O início de tudo: a origem das regras sobre “ser normal”	20
2 - O homossexual como “outro”	32
2.1 – A homossexual regulada.....	41
2.2 - Mas afinal, o que é homofobia?.....	56
2.2.1 – A homofobia no Brasil hoje.....	60
Capítulo II	
A violência na sociedade brasileira e suas manifestações.....	76
1- Teoria e Realidade: a ligação entre o fenômeno da violência e a vida gay.....	77
1.1 – A violência enquanto um fenômeno complexo:suas principais causas.....	82
1.1.2 - Pobreza e desigualdade social como geradores de violência.....	83
1.2 - O Espaço Social da Violência.....	88
1.2 .1 - A violência policial.....	98
1.3 - Tipos de violências.....	100
1.4 - Conseqüências, Reações e Impactos.....	105
Considerações finais.....	115
Bibliografias Consultadas.....	119
Anexos.....	124

RESUMO

Esta dissertação objetiva discutir a questão da violência antigay no Rio de Janeiro. Para isso, buscou-se primeiramente explicitar como foram construídas percepções acerca das relações homoafetivas ao longo dos tempos e como que isso reflete na violência sofrida até hoje por esse grupo populacional. Já num segundo momento realizamos entrevistas para identificarmos qual é o impacto e quais são as respostas individuais dadas pelas vítimas da violência antigay.

ABSTRACT

This thesis aims at discussing antigay violence in Rio de Janeiro-Brazil. First we sought to show how different social perceptions about homosexuality were built throughout the centuries e how such conceptions influence current victimization of gay men contemporary Brazil. Secondly, we conducted interviews seeking to identify the impact of this form of violence on victims and how they react to it.

“Onde é Brasil?
Que importa este lugar
se todo lugar
é ponto de ver e não de ser?”

Carlos Drummond de Andrade (1962)

“Em qualquer parte inda viceja,
contra grades, nossa erva daninha.
E haja paisagem e haja verde nesta cela,
aonde ao ouro arda o mesmo voto
e a mesma raiva. O amor é um gelo em brasa.”

M. D. Magno (1978)

Introdução

Esta dissertação tem como tema central o fenômeno da violência contra homossexuais do sexo masculino no Brasil, e toma como base de análise os números dessa violência e os relatos de quem a sofreu.

A primeira vez que tive acesso a qualquer discussão sobre a temática da homossexualidade foi no término da graduação, quando estava prestes a escrever o meu Trabalho de Conclusão de Curso - TTC. Naquela época era monitora da disciplina Política Social I, ministrada pelo Professor João Bosco Hora Góis. Como ainda não havia delimitado nenhum objeto de estudo para a minha monografia, procurei auxílio do professor João Bosco que me convidou para participar de uma pesquisa que estava desenvolvendo sobre a imagem das lésbicas na imprensa escrita. Por achar o tema “inovador”, decidi participar da pesquisa e escrever minha monografia sobre ele.

Tal monografia tinha como objetivo específico analisar o discurso da Folha de São Paulo sobre a homossexualidade feminina, ou seja, analisar de que forma esse jornal descrevia os mais diferentes assuntos relacionados à vida daquele segmento: cultura, cotidiano, práticas, políticas, etc..

Assim, analisar a forma como um jornal de grande circulação nacional, como é o caso da Folha de São Paulo, transmite para seus leitores o universo gay feminino, seja retratando seu cotidiano de lutas, de vitórias e derrotas, seja o usando como forma de deboche ou de fetiche, foi batalhar com minhas próprias

concepções acerca da homossexualidade, já que, assim como grande parte da sociedade, sempre tive clara a concepção de que relações amorosas e afetivas devem ser praticadas entre homens e mulheres. Era uma heterossexual convicta escrevendo sobre algo totalmente estranho ao meu universo de relações.

Foi um verdadeiro duelo de sensações e, inevitavelmente, algumas perguntas surgiram: como analisar a imagem transfigurada pelo jornal daquelas mulheres, sem emitir julgamento? Até que ponto meu olhar heterossexual iria desvendar a influência que um mecanismo de mídia tão forte como o jornal exerce sobre a opinião pública e a repercussão disso na vida social das lésbicas?

Sendo assim, não se tratava apenas de ler artigos e a partir deles promover uma simples análise; era algo muito mais complexo. Tratava-se de analisar a luta constante daquelas mulheres para se permitirem e se fazerem permitir numa sociedade preconceituosa e discriminante, em que a orientação sexual é um fator determinante de posição e ocupação social.

Dessa forma, foi possível perceber que a homossexualidade feminina tem sido objeto de repressão e controle por parte daqueles que não a aceitam como prática sexual. Também salientamos que em torno dela têm sido construídas diferentes representações.

Uma questão percebida na pesquisa foi que em meio a um certo sentimento de controvérsia, o jornal dava destaque a um “novo estilo” para caracterizar o lesbianismo: o *lesbian chic*. Este aparecia descrito nas matérias como um novo modelo de sexualidade, coberto de charme e sensualidade. Era sempre referido a mulheres bem-sucedidas, atraentes e “resolvidas”. Dessa forma

era caracterizado como uma moda, uma maneira nova de experimentar outras emoções. Devido a isso, este se tornou um assunto discutido e muito polemizado entre as próprias lésbicas.

O fato de o jornal falar intensamente sobre o surgimento de um novo padrão, de um novo “estilo” para o lesbianismo, fortaleceu a idéia de que a mídia é capaz de fazer surgir e dar visibilidade àquilo que propõe. Assim, mesmo que a percepção e os conceitos sobre a homossexualidade feminina não estejam descritos criticamente, o papel condensador da mídia não pode ser esquecido, nem obscurecido por um falso atributo de neutralidade. Dessa forma, também foi cabível afirmar que a maior exploração do tema pela mídia não significava o fim da sua discriminação.

Concluído o Trabalho de Conclusão de Curso, decidi por continuar essa investigação, pois sentia que de alguma forma estava contribuindo para uma melhor percepção e difusão dos estudos relacionados ao homoerotismo. Foi quando tentei a seleção para o mestrado, com um projeto bem parecido com o proposto para a monografia, agora com um olhar mais denso e mais propositivo.

Iniciando o mestrado, durante dois semestres continuei com o tema e ampliei as reflexões participando do Núcleo de Pesquisa sobre os Estudos da Homocultura, através do qual, entre outras atividades, desenvolvemos uma pesquisa intitulada “As representações das Assistentes Sociais da Área da Saúde e o Homoerotismo”, cujo intuito era perceber, a partir de entrevistas, como as assistentes sociais da área da saúde, vinculadas prioritariamente à rede pública

de serviços, viam e lidavam com a questão da homossexualidade em sua prática profissional, fazendo com isso uma ponte entre formação profissional e pessoal.

Essa pesquisa abriu um leque de oportunidades que não se limitaram apenas à ampliação de conhecimentos sobre o tema. A pesquisa nos possibilitou apresentar nossas análises e produção em congressos importantes dentro do âmbito acadêmico, como o II Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde, em São Paulo (Góis; Lacerda; Mercadante; Nascimento, 2004). Além desse, podemos citar o Congresso Brasileiro de Epidemiologia (Góis; Lacerda; Mercadante; Nascimento, 2003) e o Congresso da ABRASCO (Góis; Lacerda; Mercadante; Nascimento, 2003).

Embora tivesse ao longo desse tempo ampliado meus estudos acerca da homossexualidade feminina, à medida que me deparei com questões presentes em todas as análises realizadas desde a monografia até a pesquisa acima citada e nas leituras paralelas feitas nas reuniões no Núcleo de Pesquisa, a violência surgiu de forma muito forte e presente, fato que me despertou atenção e interesse e me fez decidir conduzir minha pesquisa em outra direção.

Um fator importante nesse redirecionamento foi um estudo também desenvolvida junto ao Núcleo sobre o seriado “Os Assumidos”. Essa pesquisa teve como objetivo principal refletir sobre o cotidiano gay, através das questões vivenciadas pelos personagens, permitindo-nos, então, lançar diferentes olhares sobre um mesmo objeto e perceber como centrais outros temas – foi o caso da violência.

A partir desse ponto passei a buscar materiais que mostrassem índices de violência contra gays e me deparei com um dossiê preparado pela organização da Parada do Orgulho GLTB do Rio de Janeiro, desenvolvido na 8ª edição do evento em 2003. Tal dossiê mostrava que alguns tipos de violências específicas, como a agressão física, a discriminação, o Boa Noite Cinderela¹, entre outras, atingem em sua maioria homens, como visto abaixo

Tipo de Agressão Sofrida	Sexo	
	Feminino	Masculino
Agressão Física	8.9	20.1
Ameaça de agressão / agressão verbal	52.4	58.1
Boa Noite Cinderela	0.8	7.2
Discriminação	57.3	59.0

Fonte: Dossiê da 8ª Parada GLTB Rio 2003.

Foi nesse processo que modificamos o tema do estudo - do exame das representações midiáticas para as experiências de violência - assim como alteramos a população estudada - de lésbicas para homens homossexuais. Nesse fazer, definimos como objetivo principal da pesquisa: analisar a violência sofrida por homossexuais, nas suas diversas formas e em diferentes esferas, e os modos como eles reagem a ela.

¹ - O Boa Noite Cinderela é a denominação dada ao golpe que consiste na mistura de soníferos e tranqüilizantes em bebidas alcoólicas e que tem como objetivo imobilizar aquele que toma a bebida. Tal golpe é usualmente aplicado por garotos de programa em potenciais clientes (esses geralmente mais jovens), para que possam se apropriar de seus pertences.

A partir da delimitação do nosso objetivo, algumas questões surgiram no centro de nossas investigações sobre a natureza desses atos. Ou seja, por que ocorre a violência antigay? De onde ela surge? Ódio? Preconceito? Onde ela se dá? Em quais contextos? Como as vítimas elaboram as situações de violência nas quais se envolvem?

Com essas perguntas e objetivo em mente é que fomos construindo esta dissertação.

Inicialmente realizamos uma revisão da literatura disponível sobre a questão em diferentes bases de dados. Em tal revisão verificamos que de fato a discussão sobre a violência tem sido objeto de preocupação de estudiosos de diferentes áreas de conhecimento. Uma análise mais apurada dos trabalhos, contudo, evidencia que a violência antigay, especificamente, é ali muito pouco abordada. Também no âmbito dos estudos de gênero e feministas, nos quais a temática da violência se constitui como um tema central, a reflexão sobre a vitimização de gays (e de lésbicas também) é, na melhor das hipóteses, marginal. Mesmo na área dos chamados estudos da homocultura, a violência antigay também não ocupa um lugar de destaque. Embora a carência de estudos nessa área tenha sido uma das primeiras dificuldades que encontramos, ela também confirmou para nós a possibilidade de que esta dissertação possa de alguma forma contribuir para a reflexão sobre esse grave problema social.

O mesmo tipo de dificuldade foi encontrada em relação a disponibilidade de estatísticas oficiais sobre a violência antigay no Rio de Janeiro. O único órgão hoje capaz de sistematizar esse tipo de informação - o DDH - possui dados escassos, já que a coleta desses é prejudicada pela falta de

denúncia e de recursos que a aprimorem. Em função disso, a caracterização das tendências mais gerais de vitimização de homossexuais do sexo masculino no nosso estado foi feita a partir de dados já mencionados da Parada GLTB (2003), de alguns dados fornecidos pelo DDH e das estatísticas anuais organizadas pelo Grupo Gay da Bahia.

Como o objetivo central da pesquisa é examinar a experiência de vitimização homossexual a partir da fala dos próprios vitimizados, trabalhamos também no sentido de realizar entrevistas. Ao contrário da nossa percepção inicial, conseguir informantes não foi uma tarefa fácil. Tal dificuldade parece ser recorrente nos estudos que envolvem sexualidade em diferentes países do mundo. Isso porque, possivelmente, a revelação de uma conduta sexual não normativa termina por impor obstáculos adicionais à realização de entrevistas sobre um tema tão traumático como a violência.

Os entrevistados foram indicados por pessoas do meu círculo de relações pessoais e profissionais. A dificuldade de encontrar informantes foi também decorrência da minha pouca inserção em círculos com grande presença homossexual e terminou por definir o tamanho da amostra. Por fim foram entrevistadas 10 pessoas dentro de uma faixa etária de 25 a 35 anos e de diferentes “backgrounds” educacionais, raciais e sócio-econômicos. Se isso, por um lado, em grande medida elimina mesmo qualquer possibilidade de generalização, por outro, possibilitou-nos trabalhar com uma variedade de situações de vida e de histórias que nos parecem apropriadas para uma pesquisa exploratória como esta. A maior parte das entrevistas, com duração média de 30 minutos, foi gravada com a autorização dos entrevistados e depois transcrita,

porém mantivemos o anonimato dos entrevistados, por solicitação dos mesmos. Duas das entrevistas foram realizadas sem o auxílio do gravador, pois não foi permitido pelos interpelados. O local onde foram realizadas variou e foi selecionado de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. As falas foram submetidas à análise temática, buscando-se destacar os aspectos relativos ao objetivo central da pesquisa.

Os resultados desse processo de investigação foram consolidados nos dois capítulos que compõem esta dissertação, dos quais o primeiro abordará a questão da alteridade e da violência antigay, buscando perceber como foi surgindo na sociedade a nossa percepção sobre diferença, e em que momento os homossexuais são atingidos por essas idéias. Dessa forma, iremos adentrar na questão da violência homofóbica, conceituando-a e apontando alguns números buscados nas fontes supracitadas.

A violência antigay é uma questão que perpassa nossa sociedade há séculos, não existindo nenhum registro que precise sua origem. Trata-se de uma questão delicada, uma clara violação de Direitos Humanos, de direito à liberdade, de ser e estar no mundo, ditado por uma cultura que nos impõe formas delimitadas sobre o que podemos e devemos ser. Tal violência, apesar disso, não recebe atenção por parte de nossas autoridades governamentais, o que permite que seus números aumentem. A impunidade também surge nesse contexto e se perpetua porque não existe uma repressão consistente aos praticantes dos crimes e porque muitos gays agredidos não denunciam seus agressores com medo de represália.

Essa é, sem dúvida, uma questão complicada uma vez que mexe com padrões morais pré-estabelecidos e aspectos do heterossexismo. A violência homofóbica é uma das representações mais extremas da coisificação da pessoa humana, pois decorre não apenas do pressuposto de que a vítima não possui direitos em geral a serem respeitados, mas também que ela, em função da sua orientação sexual, merece a negação de seu direito mais fundamental que é a vida.

Já o segundo capítulo irá tratar da questão da violência de forma mais ampla, buscando estabelecer conceitualmente que fenômeno é esse e seus rebatimentos na sociedade: causas e conseqüências. Em consonância com isso iremos fazer um paralelo com as entrevistas, de forma a percebermos em qual medida a violência vivenciada pelos entrevistados pode ser comparada com o que é discutida na literatura sobre o assunto e se não, o por quê.

Capítulo I

Alteridade e violência antigay

1 – O início de tudo: a origem das regras sobre ser “normal”.

Você é normal? Você sabe o que é isto? Este capítulo busca mostrar como foi se formando um “padrão” de comportamento social dito normal em nossa sociedade², a partir das noções que foram se estabelecendo sobre o que é “certo” e o que é “errado”. Também buscamos demonstrar como foram sendo construídos mecanismos de persuasão e combate a quem não se enquadrava com essa normalidade.

Segundo o dicionário Larousse, (2001, p.697), a palavra normal, vem do latim *normalis* e se refere ao “que está em conformidade com a norma; regular...habitual, natural”. Afinal, de onde provém essa normalidade? O que é ser “normal” ou civilizado? De onde construímos nossas percepções acerca do que seja a forma correta de nos comportarmos diante de algumas circunstâncias e perante a sociedade?

Se nos reportamos à trajetória histórica da sociedade ocidental, percebemos que essa dita normalidade – a adesão a determinadas regras sociais que vão desde usar determinados tipos de roupas, comer de garfo e faca, tomar banho, até condutas sexuais - provém do que se designou chamar de “civilização” e sofreu alterações no decorrer dos séculos, influenciada por um conjunto de pequenas, mas fortes, idéias projetadas por diferentes grupos sociais, uma nobreza armada e a Igreja Católica, por exemplo. Esses grupos orientaram o pensamento para o que consideravam como o ideal de uma “civilização”, fato que implicou uma mudança drástica dos costumes.

Segundo Norbert Elias (1990), a sociedade da corte ampliada do século XVIII - na qual se misturavam elementos aristocráticos e burgueses e que representavam a elite hierarquicamente estruturada do país – era entendida pelos estratos mais baixos da pirâmide social como um objeto de ostentação, algo a ser conquistado, fato que era possível, pois não havia barreiras claras vedando a ascensão³. Tal fato gerou mudanças nos padrões comportamentais – que não se deu de forma drástica – e as regras ditadas pela aristocracia e pela Igreja passaram a ser seguidas pelas outras camadas sociais.

O controle das emoções e a formação disciplinada do comportamento como um todo, que sob o nome de civilidade se desenvolveram na classe alta como fenômeno apenas secular e social, apresentam afinidades com tendências particulares no comportamento eclesiástico tradicional. A civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento pelos estratos mais baixos. (Elias, 1990, p.111)

Elias continua a sua reflexão passando por outros momentos – Idade Média e Renascença – mostrando como alguns hábitos que hoje consideramos incivilizados eram comuns como, por exemplo, comer com as mãos e cuspir a comida. A partir disso ele avança na sua reflexão sobre essa “revolução” dos padrões e sobre o que ele designou “processo civilizador”. Aponta como

² Quando nos referimos a nossa sociedade estamos nos referindo a sociedade ocidental.

determinadas normas foram se interiorizando nas pessoas e criando barreiras sociais entre o que seria certo ou errado, fazendo emergir regras de pudor até então inexistentes.

Do século XVI em diante, pelo menos nas classes altas, o garfo passou a ser usado como utensílio para comer, chegando através da Itália primeiramente à França e, em seguida, à Inglaterra e Alemanha, depois de ter servido durante algum tempo apenas para retirar alimentos sólidos da travessa. (Elias, 1990, p.81)

A civilização que estamos culturalmente designados a associar como algo pronto e acabado é parte, do ponto de vista de Elias (1990), de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos, processo este que atesta a existência de uma estrutura particular de relações humanas e de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento. Ou seja, não é algo exclusivamente e sempre produzido por um grupo específico, e difundido para os demais. É também coletivo, mesmo que de forma não explícita.

Uma maneira usada para “educar” eram poemas utilizados para inculcar boas maneiras à mesa. O método de aprendizagem de cor como meio para educar ou condicionar desempenhava um papel muito importante, onde os livros eram pouco acessível, diferente dos dias atuais, e esses preceitos rimados eram um dos meios usados para gravar na memória da pessoa o que ela

³ Contudo, vale ressaltar que as diferenças de categoria social permaneciam e o poder aquisitivo não sanava totalmente as diferenças de classe.

devia e não devia fazer em sociedade, e acima de tudo à mesa. (Elias, 1990, p.75)

O que não se pode perder de vista é que o padrão de comportamento medieval não representava a totalidade da forma como a sociedade se comportava. Ele não é o início da evolução comportamental nem a configuração dos comportamentos ditos bárbaros ou primitivos, apenas faz parte de uma cultura.

Mas qual a importância de entendermos esse processo? A importância está no fato de que é através da interiorização de comportamentos e da incorporação de hábitos que inconscientemente os reproduzimos e passamos a agir e a acreditar que certas coisas devem ser repetidas e que não existe, ou melhor, não se apresenta como aceitável uma outra opção.

Isso tem conseqüências significativas. A mais importante de todas pode ser resumida no conceito de alteridade que se refere “às visões acerca do “outro” e às atitudes em face do “outro”, podendo referir-se ao *ethos* cultural, religioso, político, étnico, sexual ou a qualquer grupo distinto da identidade autoconstruída pela sociedade emissora de discursos sobre o “outro”.” (Vainfas, 2000). Esse processo, por sua vez, pode assumir uma face extremamente negativa quando a percepção da diferença é utilizada para coisificar o “outro”

O ponto de partida da alteridade é a diferença, ou seja, colocar o outro como enigma. Porém não se trata de um simples reconhecimento dessa diferença. (Amorim, 2001, p.24)

Há inúmeros exemplos disto na história da humanidade. Um dos mais gritantes está no Nazismo e na sua ideologia racista, no seu nacionalismo xenófobo e a na sua negação radical do comunismo e da democracia.

Uma das ramificações do Nazismo caracteriza-se pelo sentimento ou ideologia denominada “anti-semitismo”, que varia a partir de diferentes nuances, podendo ir de um simples pensamento até atentados contra os judeus.

Mais do que uma ideologia, o anti-semitismo nazista compreendeu uma série de práticas de segregação física e de matança as quais tiveram no campo de concentração o seu cenário mais elaborado. Segundo Borin (2000), tais campos foram estabelecidos pelos nazistas quando estes assumiram o poder na Alemanha por volta de 1933. Seu propósito inicial era manter sob aprisionamento opositores do regime e prisioneiros políticos, porém, mais adiante, passaram a ser utilizados para aprisionar judeus e todo aquele que o regime considerasse “burladores” de suas concepções.

Faziam parte da primeira categoria os políticos comunistas, socialistas, antifascistas alemães, acusados ou suspeitos de serem inimigos do Reich. (...) O maior numero, que chegava à casa dos milhões, era formado por detidos por motivos racistas: judeus e ciganos. À categoria de anti-sociais pertenciam os vagabundos, mendigos, caçadores clandestinos, ladrões, prostitutas, jogadores embusteiros. Categorias especiais eram formadas por estudiosos da bíblia, homossexuais, os prisioneiros de guerra...(Borin, 2000, p.72)

O que os estudos mostram é que os campos de concentração se configuraram na história como os locais onde houve o extremo domínio sobre o homem, onde se concretizou a barbárie nazista, sem limites para o uso da violência.

Além dos campos de concentração, a matança de judeus foi também desenvolvida fora do território alemão, tendo resultado na eliminação física de quase seis milhões de pessoas. Dessa forma, o nazismo anti-semita pode ser pensado como uma forma de tortura psicológica que colocou em xeque a vida emocional de milhares de indivíduos permanentemente aterrorizados pela iminência da morte.

Embora geralmente associemos o nazismo ao anti-semitismo e suas expressões durante a segunda guerra mundial, não se pode deixar de lembrar que ainda hoje as suas manifestações estão presentes entre nós. Atualmente, jovens espalhados por vários países do mundo, principalmente nos EUA e Alemanha, instigados pelos movimentos nacionalistas e extremistas, expressam seu ódio contra determinadas minorias, como homossexuais, índios, negros, etc. Essa nova forma de intolerância, característica do Nazismo, tem sido classificada como *neo-racismo cultural* e seu ideário é facilmente difundido via Internet, CDs, vídeos ou mesmo através de uma literatura própria. (Carneiro, 2000).

No Brasil, o anti-semitismo não é um fenômeno desconhecido. Já nos tempos coloniais existiram manifestações preconceituosas que classificaram os judeus e cristãos-novos como representantes de uma classe inferior e impura. Tais idéias persistiram durante um longo período, sendo ainda encontrado reflexo de sua existência nos séculos XIX e XX.

Além de ser endossado por grupos identificados com o pensamento da extrema-direita no Brasil, o anti-semitismo prestou-se também como instrumento político, sendo acionado durante o Estado Novo (1937-1945). Uma política imigratória restritiva à entrada de judeus no Brasil foi colocada em prática através da emissão de várias circulares secretas de teor anti-semita e que persistiram até o governo Dutra. Esta prática fazia parte do projeto étnico idealizado pelo Estado, que cooptou importantes intelectuais, médicos eugenistas e educadores. (Carneiro, 2000, p.45)

Assim como nos países europeus e nos EUA, expressões do anti-semitismo não são estranhas ao universo brasileiro contemporâneo. Um exame preliminar de artigos de jornais durante a década de 2000 vai mostrar diferentes manifestações dessa ideologia. Um exemplo mais recente ocorreu na PUC/RJ: teriam sido encontrados num dos banheiros da universidade dizeres que expressavam repúdio e incitavam ao extermínio dos judeus. Supostamente o ato teria sido cometido por alunos da instituição, que, teriam divulgação de suas idéias até mesmo em um site da Internet. Embora a Federação Israelita do Rio de Janeiro tenha ameaçado processar a PUC, esta Universidade afirmou que por falta de prova nada poderia ser feito contra os alunos da instituição. (Folha de São Paulo, 01/12/2004).

Vale ressaltar que o ideário anti-semita esteve diretamente relacionado com um outro tipo de doutrina excludente e segregadora – o eugenismo –,

desenvolvida no século XIX, que pregava o aperfeiçoamento da raça. Em sua concepção, a evolução biológica seria a base da evolução moral. Associada ao pensamento científico, racista e arianista, ela afirmava que os brancos eram essencialmente superiores a qualquer outra raça, além de pregar que o desenvolvimento da sociedade necessitava passar pelo gradativo aperfeiçoamento da sua população desde o ponto de vista racial (Limonic, 2000).

Com relação ao Brasil, vale salientar que o movimento eugenista também esteve ligado à ideologia do embranquecimento. Negros e pardos eram vistos como portadores de degenerescências inatas que os tornavam mais propensos às doenças e ao crime. Em termos práticos, a solução para esse “problema” implicaria em produzir um gradativo branqueamento de todos, particularmente da população mestiça vista como um dos fatores de degradação e atraso social.

Uma maneira encontrada pelos defensores da eugenia para “embranquecer” a sociedade brasileira foi recurso da imigração, com incentivo para a entrada de imigrantes através de cotas, prevista na Constituição de 1937, e o estímulo à educação eugênica.

Nas décadas seguintes, o embranquecimento através do recurso à imigração e à miscigenação tornou-se visão hegemônica para a solução do assim chamado problema racial brasileiro. (Limonic, 2000, p.159)

Se no ideário anti-semita – nazista – alemão o judeu era o alvo da eliminação e da violência, no caso da eugenia brasileira o alvo principal será o negro.

Assim como as outras ideologias, o racismo não se reduz a um conjunto de idéias. Ele também é marcado por práticas sociais altamente violentas e excludentes. Talvez o exemplo mais acabado disso seja a escravidão brasileira que, ao longo de quase 400 anos, manteve em cativeiro mais de 4 milhões de pessoas (Fausto, 2003). Os cativos eram considerados pessoas inferiores ou até mesmo como elementos não pertencentes à espécie humana. Essa “des-humanização” do escravo implicava diretamente em não vê-lo como gente e menos ainda como portador de direitos. Além disso, a sua dor era negada, sua cultura gradativamente eliminada e seus desejos ignorados.

Se o escravismo de fato pode ser considerado a expressão mais completa do racismo brasileiro, isso não significa que a abolição formal da escravatura o eliminou do nosso meio.

Como em outros países que vivenciaram um passado escravista, as relações raciais no Brasil foram e ainda são fonte de violência, injustiça e desigualdade racial, mesmo tendo em vista os avanços da nossa sociedade em relação a essa questão, a partir do surgimento e consolidação de movimentos sociais e ações de implementação de políticas de ação afirmativa. (Oliveira; Barreto, 2003)⁴.

⁴ O preconceito e a discriminação racial têm sido objeto de vários estudos científicos. Esses estudos contribuíram para que se difundisse a reflexão sobre racismo. No Brasil, por exemplo, a partir da segunda metade da década de 1990, os pesquisadores têm mostrado a necessidade de se incluírem temas que também são centrais nesse entendimento, “como os distintos modos de

Um outro exemplo gritante da percepção do outro como “não-humano” pode ser visto na história da doença mental. O louco, posto como enigma, recluso de qualquer direito ou forma de entendimento, teve com o aprisionamento a “solução” para o seu “problema”. Essa forma de asilamento e de controle da doença mental, mais conhecida como hospício, é utilizada até os dias atuais. Teve seu início no fim do século XVIII e princípio do século XIX, em conjunto com o surgimento de uma psiquiatria voltada para a “defesa” da sociedade e apoiada na teoria da degenerescência (Cunha, 2000).

Segundo Cunha (2000), no correr do século XIX a idéia de loucura atinge um novo patamar. Passa-se a perseguir aqueles cidadãos considerados abandonados pela “Razão”. A partir de pressupostos morais, todos aqueles que não se enquadram às regras sociais são vistos como desviantes. É a chamada “loucura moral”.

(...) ao dissociar loucura e razão abriu-se a possibilidade teórica de uma loucura sem delírio, remetida exclusivamente à esfera dos comportamentos. A ampliação desta concepção – reforçada em meados do século pela teoria da degenerescência hereditária – tornou a psiquiatria um dispositivo mais eficaz e refinado: de “furiosa” e evidente, a loucura tornava-se insidiosa, grudava-se à pele do indivíduo e seus descendentes; tornava-se ademais invisível, exceto para o olhar treinado do especialista, que

percepção do racismo, as explicações para a desigualdade, as preferências em termos de políticas anti-racistas e as explicações para tais preferências.” (Oliveira; Barreto, 2003, p.192)

reforçava sua competência exclusiva para desvendar a alma humana. (Cunha, 2000, pg. 53)

Essa chamada 'loucura moral' vai ser atribuída sobretudo aos indivíduos cujos comportamentos são considerados indesejáveis. O foco maior de atuação seriam mulheres cujo comportamento não se enquadra às "regras sociais", e outros, principalmente da classe mais abastada, cuja sexualidade é considerada inconveniente. Dessa forma, todas essas pessoas eram alvo dos "teóricos da degenerescência" e a partir de suas teorias, através do asilamento, passou-se a detê-las e a controlá-las todas as vezes que contrariavam a ordem e os padrões de convivência.

Caracterizados também como espaços de defesa social, os asilos completam aí o seu perfil de instituições médicas devotadas tanto ao tratamento de doenças quanto ao controle permanente da desordem. Por isso, a medicina mental nunca pôde abrir mão deles: mesmo quando reduzidos a espaços da incurabilidade, repletos do que consideravam como meros detritos sociais, os asilos permaneceram como principal símbolo do poder ilimitado do alienista e como última cidadela da ordem. (Cunha, 2000, pg. 53)

Essas representações não foram muito diferentes do vivenciado no Brasil. Em seu livro *Juquery, o espelho do mundo*, Maria Clementina P. Cunha percorre a vida num asilo e examina o perfil dos seus asilados na passagem do

século XIX para o século XX. Afinal quem eram essas pessoas e por que seus comportamentos eram considerados patológicos? Dentre elas encontravam-se homens e mulheres que, por não se enquadrarem às regras sociais, eram colocados sob tratamento psiquiátrico.

Primeiro o “louco”, depois, indivíduos a caminho da loucura, os chamados degenerados, aqueles cuja característica não é a agressão ou o delírio, mas a insubmissão, a rebeldia. Enfim, aquele que devido ao seu comportamento pode contaminar e desregular outros membros da sociedade. Dentre esses se destacam o negro, o homossexual, a prostituta.

No interior do hospício, os loucos identificados pelas rubricas da “loucura moral”, dos comportamentos anti-sociais, constituem a “corte dos perturbadores da ordem” de que falava constantemente Franco da Rocha, por oposição à docilidade dos “idiotas”, “imbecis” e outras categorias, definidas principalmente pela matriz da “afecção”. (Cunha, 2000, pg.112)

Diante desse quadro, Cunha conclui que o tratamento médico opressor e moralizador fez com que pessoas fossem discriminadas e excluídas de seus direitos. A “medicalização” e o asilamento, dessa forma, eram uma saída eficaz porque transformavam o louco ou “degenerado” em objeto de controle.

Atualmente os asilos possuem outras características, inclusive no que tange ao seu público alvo, com o surgimento e ampliação de casas de repouso particulares; porém em muitos casos, ainda mantém seu caráter violento e excludente ao amontoar em pavilhões homens e mulheres que sofrem de uma

doença pouco explicada – fato que ainda gera polêmicas e indignação sobre tais formas de tratamento.

Esses exemplos apontam para um padrão recorrente de exclusão daqueles que em nossa sociedade são vistos como diferentes e inferiores. Ao lado da exclusão espacial, emocional e social, essas pessoas são freqüentemente vítimas da violência física e simbólica. É o que acontece com os homossexuais.

2 – O homossexual como “outro”.

A norma da heteronormatividade acompanha o surgimento da noção de “civilização”, que discutimos anteriormente, mais notadamente a partir do século XIX. Mas isso nem sempre foi assim. Existem evidências de que na Grécia do século VI a.C. existia uma aprovação ao relacionamento homossexual.

(...) fica claro que os gregos amavam a beleza juvenil, e que essa beleza era também a da mente, do intelecto e do espírito. O poeta é o professor/mestre, o companheiro apaixonado que guia seu bem-amado no caminho da honra e da virtude. (Spencer, 1999, p.44)

A aceitação da homossexualidade ou da bissexualidade como natural na Grécia antiga estava inserida na consciência da sociedade, do mesmo modo que a heterossexualidade é na nossa sociedade considerada como a forma natural/normal de relacionamento. Segundo Spencer (1999), tal fato nos mostra como a sexualidade tem sido construída e não fixada biologicamente.

Diferente da Grécia, Roma tratava a relação homoafetiva de forma diferenciada, punindo quem a praticasse. Mesmo existindo relatos de que teria existido entre os romanos o desejo e a prática homoafetiva, esta não era vista com a mesma naturalidade.

A idéia pederasta grega de cortejar um menino, agradando-o e persuadindo-o da honra e integridade das intenções do amante, era profundamente repugnante ao espírito romano, já que tal comportamento mostrava uma submissão estranha à natureza da virilidade. No entanto o amor pelos meninos era muito popular, ainda que, como sabemos pela Lex Scatinia (promulgada em torno de 226 a.C. e destinada a regular o comportamento sexual), o relacionamento sexual com um menino livre fosse punido com multa. (Spencer, 1999, p. 68).

A partir da instauração da relação entre um homem e um rapaz como algo inovador a ser experienciado, através da influência grega, esse tipo de sexo tomou ares mais suaves e passou a fazer parte de uma prática para quem procurava “paixão sexual, angústia e ardor romântico”, sendo por isso mais aceita. Apesar de existirem nessas relações certas resistências, ou seja, a relação normalmente se dava, entre um homem e seu escravo, e não deveria haver nesses casos passividade do senhor. Também algumas práticas eram condenáveis, como a felação e a cunilíngua: “Um homem poderia obrigar seu escravo a fazer felação nele, isso era coisa comum, mas um homem fazer isso no escravo era virar o mundo de pernas para o ar.” (Spencer, 1999, p. 72)

Com o passar do tempo, tais atos passaram a ser ainda mais proibidos e condenados através de leis. Primeiro, condenou-se o comportamento homossexual passivo, logo após a prostituição masculina e em seguida, homossexuais masculinos ativos. A partir, então, desse momento a partir daí a homossexualidade como um todo passou a ser considerada ato fora de lei, condenável, e brutalmente punida.

Junto com a ascensão de Roma, surgiram novas regras para a sociedade, principalmente para as classes inferiores, que viam no seu cumprimento uma chance de ascender socialmente. Dessa forma, reprimir o desejo, a emoção e moderar o comportamento, tornava-se algo essencial para a nação romana. A moral passa a ditar e a reger a vida dos cidadãos.

O macho heterossexual (e seu comportamento) agora é o condensador da moral, e o casamento surge nesse cenário como a instituição predominante. Os estóicos ensinavam que a sexualidade deveria ser canalizada ou até reprimida, para que os homens pudessem dominar seus impulsos e controlar suas paixões por meio da reflexão. Tal fato era uma justificativa para que fossem adotados valores cristãos.

Um outro argumento utilizado para justificar a repressão e controle do comportamento era o de que, agindo segundo aquelas regras, os deuses estariam sendo agradados.

Como havia um número exorbitante de mortes por conta das catástrofes naturais que predominavam e pelas sucessivas guerras, a necessidade de gerar crianças era grande. Baseando-se nessa concepção, compreende-se melhor o porquê da proibição e da repressão às práticas homoeróticas.

A cultura dos antigos hebreus também influenciou os costumes do Ocidente. A atitude desses para com o sexo marital é explicitada no Talmude, que é a doutrina e jurisprudência da lei mosaica. Nessa sociedade havia um enaltecimento e uma valorização do sexo dentro do casamento, assim como,

(...) em várias ocasiões, o Talmude mostra grande consideração pelas mulheres casadas, embora possa desprezar as mulheres como um todo. A esposa e mãe dentro do lar desempenha um papel vital nas funções religiosas da família e do Sabá. (Spencer, 1999, p.53)

Dentro dessa concepção judaica, o casamento e os papéis desempenhados pela figura feminina tinham uma designação religiosa. Dessa forma, ficava facilitada, se cabe assim dizer, a soberania masculina, inclusive no que tange a garantia de determinados direitos.

Os patriarcas do Velho Testamento, Abraão, Isaac e Jacó, tiveram muitas esposas; havia a preocupação, exibida por todas as pequenas tribos, de que os homens sobrevivessem e se multiplicassem. A poligamia prosseguiu por alguns milhares de anos. Assim como o número de rezes que alguém possuísse, o número de esposas era um sinal de riqueza e poder. (Spencer, 1999, p. 55)

Existia nesse período uma clara imposição de comportamento, principalmente em torno das coisas que tinham relação com a atividade sexual ou

o uso do sêmen. As mulheres eram consideradas impuras durante o período da menstruação e tudo o que tocavam devia ser repudiado. Na concepção dos hebreus no que se refere à sexualidade feminina, existia um grau de dependência tão grande das mulheres com relação aos homens, que aquelas nada podiam fazer de significativo sem a presença desses.

Também na Idade Média o que predominou foi a consciência de que as relações sexuais deviam ser praticadas apenas entre homens e mulheres, com o intuito de reproduzir - o que tornou o matrimônio uma instituição sagrada. Esta ênfase atribuída à prática heterossexual possuía relação direta com as exigências para a formação das famílias.

No Brasil, a política econômica de Portugal teve um papel fundamental na organização da família colonial. Essa política tinha como estratégia o mercantilismo – o que beneficiava os senhores rurais, pois instigava a iniciativa privada dos colonos, que logo impuseram a ordem econômica e social que lhes beneficiava. Dessa forma, a família latifundiária acumulou massa e poder, enquanto que as famílias escravas e dos homens pobres foram “destruídas” (Costa, 1999).

O meio social da Colônia repetiu, reproduziu ou prolongou a família senhorial, mas pouco se distinguiu dela. Os mecanismos de instauração desse poder foram extraordinariamente variados. Oscilavam da posse física do meio urbano até o controle biológico dos subordinados, pela assimilação dos bastardos ao exército da casa-grande (Costa, 1999, p.37)

Rapidamente a cidade passou a funcionar como uma extensão da propriedade e das famílias rurais, inclusive no que tange a regulação jurídica, política e administrativa.

O catolicismo foi também uma estratégia utilizada pela família latifundiária, com o intuito de evangelizar os colonos – índios, escravos e pobres – para melhor explorá-los. Isso permitiu que logo se alcançasse a idéia da “sagrada família”, com o intuito de modificar a natureza do poder que detinham, através da construção de uma série de imagens e representações mentais, materializada em imagens sagradas de Santos. Esse fator não deixou de colaborar para o fortalecimento do seu poder. O lugar religioso que cabia a família nuclear e patriarcal era reforçado.

Vale ressaltar, portanto, que a ligação entre religião e a família latifundiária tinha o intuito não apenas de garantir o poder, mas de planejar e implantar um modelo comum de família. Um outro ponto deve-se também à atitude racista da igreja, que salientava o privilégio racial branco, discriminando negros, mulatos e mestiços.

A partir destes princípios paternalistas, o catolicismo no Brasil evoluiu para a criação de figuras rituais e iconográficas que adaptavam continuamente a religião aos interesses do patriarcado rural. Nas pinturas e esculturas, Deus-pai é freqüentemente apresentado de forma que sua imagem seja associada ao latifundiário paternal e bondoso. (Costa, 1999, p.44)

Em conjunto com a Igreja, a intervenção médico-estatal veio reforçar a concepção de família padronizada e “normalizada”⁵, assumindo a forma de higiene e medicina doméstica.

Em suas técnicas de atuação, tiveram como um de seus pontos a moradia. As habitações foram alvos de críticas devido à forma como eram construídos seus cômodos que, na opinião dos médicos, além de anti-higiênicos – salas abafadas, esgotos na cozinha, etc, - produziam toda sorte de miasmas.

As casas eram mal construídas, escuras úmidas não só pela ignorância médica dos proprietários. Grande parte do capital empregado na construção de imóveis vinha diretamente de antigos traficantes de escravos, impossibilitados de continuarem seu comercio. Estes especuladores empregavam o material de pior qualidade e a mão-de-obra mais desqualificada, em geral escrava, na ânsia de obterem os maiores lucros possíveis. Os médicos sabiam disto. (Costa, 1999, p.112)

Assim, portanto, propunham a mudança dessas habitações, aconselhando a utilização de mão-de-obra e equipamentos mais modernos. O fato é que a medicina social percebia na urbanização um aliado na mudança da família e a intervenção na casa surgia como estratégia. Tinha na mulher o seu “pivô”, devido a sua aparência, fruto de seu confinamento (pálida, flácida, doente). Seu

⁵ A noção de norma tem seu fundamento histórico-político nos Estados modernos dos séculos XVIII e XIX, e sua compreensão teórica é explicitada pela noção de dispositivos que são práticas discursivas e não discursivas que agem, à margem da lei, contra ou a favor delas. A norma, então,

corpo era o equivalente biológico de sua condição social. Desse modo a organização higiênica da casa “implicava um remanejamento do papel da mulher e a conseqüente metamorfose da família.” (Costa, 1999, p.119)

Vagarosamente a família foi sendo conduzida e colocada dentro de um modelo de “célula da sociedade”. Desde então, famílias e mais famílias começaram a imaginarem-se responsáveis pela ordem e desenvolvimento do Estado.

Nesse sistema, passou a existir a concepção do poder paterno e a família passou a funcionar como um epicentro do direito do pai, garantido inclusive pela justiça, que lhe concedia o direito de castigar escravos, filhos e mulheres. O objetivo era a fixação do homem como figura do pai,

(...) que se impôs à consciência e à conduta masculina não por méritos intrínsecos à sua *gestalt*, mas através do suborno pago em moeda “machista”. Para cumprir o dever do pai, o homem recebeu a autorização para ser “macho”. O machismo foi-lhe oferecido por uma pífia compensação pela usurpação de seu tradicional poder.”(Costa, 1999, p.249)

Nesse contexto, a paternidade mal exercida (como no libertino) e a negação da paternidade (como no celibatário) constituíam faltas graves no código higienista, e ainda mais grave era negar-se à vocação “natural” de homem, como no caso do sodomita, que passou a ser chamado de uranista, pederasta ou, em

vem “substituir” a noção exclusiva de lei e seu caráter repressivo, visando prioritariamente prevenir o virtual, produzindo fatos novos. (Costa, 1999).

linguagem chula, bagaxa. No jargão científico tornou-se, de fato, muito usual o termo uranismo, para caracterizar o vício da pederastia. (Trevisan, 2002, p.173)

Nesse domínio existiu uma preocupação acentuada em se regular o sexo. Grande atenção era dada à sexualidade das crianças e ao sexo desregrado, em particular à masturbação, que apareciam como perigos avassaladores para a saúde física, moral e intelectual dos jovens e como a causa de diversos males.

A organização interna dos colégios deveria, portanto, regular-se de forma a prevenir e combater a masturbação. O isolamento e o marasmo deviam ser evitados por meio de ginástica e outros exercícios coletivos (...).

Todavia, nada substituía a vigilância moral, que era a permanente disposição dos responsáveis pelas crianças em surpreender os sinais precoces da masturbação e ter em mente os meios de preveni-la. (Costa, 1999, p.189)

Este exemplo ilustra a maneira como certos comportamentos foram postos sob controle permanente. A masturbação que em si é uma conduta isolada foi convertida em crime moral. Alguns jovens foram punidos com expulsão do colégio, mas isso dependia da gravidade do crime. Outra forma de combater “esse mal” foi uso de medicação, como amônia, sódio, calmantes, entre outros.

Embora os partidários deste tipo de tratamento antimasturbatório fossem uma exceção e não se tenham testemunhos da aplicação de tais métodos às crianças, o fato não perde sua importância. Ele mostra a que nível chegou a

preocupação higiênica em controlar a sexualidade. A masturbação era tratada como *crime* e o masturbador, como *culpado*. (Costa, 1999, p.190)

O mesmo aconteceu com a homossexualidade, que ocupou um enorme espaço na teoria higiênica. Os homossexuais eram considerados seres irresponsáveis e abomináveis, suicidas, homicidas, além de assassinos do próprio corpo e do bem-estar biológico-social (Costa, 1999).

Um aspecto essencial a ser ressaltado é que esse processo não se limitou apenas a estabelecer o que era certo e o que era errado, mas também a estabelecer uma hierarquia entre os grupos aderentes e não-aderentes aos seus ditames morais e, por fim, estabelecer sanções para os chamados “desviantes”, assim como justificar as formas de violência que contra eles são impetradas. Na próxima seção esses desdobramentos são discutidos.

2.1.: A homossexualidade regulada.

O advento das Cruzadas e a necessidade de se estabelecer o poder no Oriente contribuíram para o avanço da discriminação contra os homossexuais. Isto porque, afirma-se que esse poder foi conseguido através de uma delimitação rigorosa de diferenças, envolvendo o incentivo ao racismo contra os árabes e a rejeição da homossexualidade, que até então não era vista como pecado mas como ideal amoroso (André, 1995).

No ocidente, com o passar do tempo, a Igreja Católica se constituiu como força dominante política e ideológica, passando a se manifestar, entre outras coisas, contra as relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, reprimindo severamente quem as praticasse, assim como fazia com judeus, muçulmanos e hereges. Parte também daí uma das “teorias” para repressão sofrida pelos homossexuais hoje em nossa sociedade, ou seja, tal teoria teria sua origem na relação estreita que teria existido entre a Igreja e o poder político.

No Brasil, essa repressão não “passou em branco”. Como bem demonstra Vainfas (1986), já no século XVI o aparato burocrático do Santo Ofício foi plenamente instaurado. A inquisição integrava a sociedade colonial e perseguia quem transgredia as “regras” do catolicismo. A intolerância dessa época não era somente religiosa, mas também moral. Apuravam-se crimes denominados “crimes de costumes” (Vainfas 1986), ou seja, crimes que burlavam as regras estabelecidas pela Igreja sobre comportamento, relação sexual e castidade.

Práticas menos usuais, prazeres exacerbados, pequenos caprichos comuns nos jogos do amor podiam chegar aos ouvidos dos familiares e dos inquisidores, que, então, intimavam o acusado a um interrogatório. Era comum, nestes, lançar mão de recursos que ataçavam a memória dos infelizes acusados, obrigando-os a resgatar atos que haviam se perdido no tempo e acabavam sendo lembrados ante o impacto das intimidações e a possibilidade sempre presente da tortura (Souza, 1986, p.11)

Muitas pessoas foram conduzidas à prisão ou foram açoitadas em praça pública por manterem relações amorosas e afetivas com pessoas do mesmo sexo, além de sofrerem privações. Dentre esses que eram perseguidos pela inquisição, misturavam-se brancos pobres, negros escravos e até membros da elite política e cultural baiana e nacional, assim como representantes da Igreja e da burguesia.

Nessas apurações, até os familiares dos sodomitas eram punidos severamente. O propósito dessa perseguição era envolver a família na luta contra “o pecado”:

(...) por três gerações ascendentes e descendentes, os parentes dos homossexuais condenados ficavam inabilitados de exercer qualquer cargo na administração pública, eclesiástica e militar, tendo inclusive seus bens seqüestrados pela justiça inquisitória. Portanto, para evitar tamanhas tragédias, partia das próprias famílias policiar e reprimir qualquer tendência homossexual de seus filhos e filhas, repressão secular que permanece ainda violenta na atualidade (Mott, 1996, p.105).

Apesar de todo esforço da Igreja Católica em cristianizar e “moldar” a vida sexual, a homossexualidade era experimentada pelos mais diferentes segmentos da sociedade colonial. Mott (1986) aponta bem essa vivência quando busca descrever como práticas homoeróticas foram vividas por escravos nas senzalas e engenhos. Essas práticas, contudo, nem sempre provinham de

relações consensuais entre os próprios escravos, pois existiram casos em que a relação homossexual foi marcada pela dominação senhorial através de abusos sexuais violentos, que, em alguns casos, levaram escravos a morte.

O licenciado Felipe Tomás, judeu português, advogado, casado e morador da Bahia, fugiu há 12 anos pouco mais ou menos de Pernambuco pela morte de um moço seu criado, o qual matou pelo ter acusado de cometerem ambos o pecado nefando de sodomia. Mais ainda: seu escravo Francisco, mulato, estava então fugido de casa para se livrar do assédio de seu senhor, que o mandava estar em camisa e sem calças quando lhe escrevia de noite (Teixeira *apud* Mott, 1986, p.34)

Tal repressão também não impediu que uma outra forma de prática sexual gay se concretizasse no século XIX – a prostituição masculina – , como bem demonstrou Soares (1992). Entendida como um fenômeno natural e social, a prostituição feminina configurava, na opinião de médicos higienistas⁶, a possibilidade de realização do instinto sexual masculino, ou seja, era vista como uma necessidade orgânica e também como um reflexo do “funcionamento do organismo social, sendo suas características bastante modificadas pelos costumes, pela educação, pelas leis e pelo clima existente em cada país” (Soares, 1992, p.17). No caso específico da prostituição masculina, esses mesmos médicos viam tais comportamentos como uma disfunção social muito pior do que

a prostituição feminina, um “mal” incomparavelmente maior, que deveria ser combatido pela polícia e punido como um crime.

Com o passar dos tempos o preconceito persistiu, com a diferença de que se aboliu a sentença inquisitorial, e instaurou-se outros tipos de sentenças. Entre essas temos a colocação da homossexualidade no rol das doenças mentais. Assim, os homossexuais passaram da categoria de pecadores para de doentes.

Já no início do século XX, especialistas começaram a considerar o comportamento homossexual como patológico, indicando para isso tratamento psicológico e assistência médica, como forma de curar os homossexuais. Contudo, isso não se restringia à visão médica. Algumas vezes, familiares que tentavam reprimir homossexuais por seu comportamento recorriam ao “Estado e à polícia, à justiça e à medicina [que] trabalhavam em uníssono para conter e controlar esse “desvio”.” (Green, 2000, p.191)

Entre as décadas de 20 e 30, o comportamento de jovens ditos efeminados passou a ser alvo de estudos de médicos e criminologistas. Em consonância com novas teorias provindas da Europa, sugeriam que o comportamento desses jovens era decorrido de uma disfunção hormonal congênita. Assim, aqueles que se dedicavam ao estudo dos “desequilibrados” passaram a sugerir determinadas medidas como forma de curar a perversão, incluindo uma maior intervenção do Estado. Nesses casos vale ressaltar que, nesse período, o Estado ainda tinha características oligárquicas com predomínio incontestado dos grupos agrários, sob a hegemonia dos cafeicultores.

⁶ Suas teses representam a melhor fonte de estudos do fenômeno, assim como revistas e publicações médicas especializadas da época, segundo Soares.

Com base nos pressupostos do liberalismo clássico, o Estado construía suas bases através do aperfeiçoamento de mecanismos que garantissem a simultaneidade entre a ampliação formal da participação política e a exclusão real dos setores subalternos, aos quais não interessava incorporar à cidadania. Segundo Mendonça (1990), democracia e liberalismo excludente é o que resume o espírito do regime político em vigor no Brasil entre 1889 e 1930, e foi dentro dessa atmosfera que a homossexualidade passou a ser alvo de muitos membros da elite.

Não é pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma malformação interna a diagnosticar, reconhecer e corrigir. Não religião ou direito, que nada têm que fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez, para repor o homem desviado, a mulher pervertida, na sua saúde normal. Não mais, como nas idades peremptas, expelir o leproso ou sífilítico para fora das cidades, temendo o contágio, senão os isolar em hospitais, onde se lhes dê o trato e saúde. Todos os anátemas e códigos não evitarão, não corrigirão uma inversão sexual. Ela se tratará por meios idôneos (Peixoto *apud* Green, 2000, p.214)⁷.

Com isso, médicos e advogados da classe média, junto com o Estado, tornaram-se responsáveis pela cura dos que apresentavam comportamentos sexuais “desviantes”. Os anos de 1930 transformaram-se num campo de testes

com o propósito de purificar a nação brasileira e curar seus distúrbios sociais (Green, 2000). Dava-se início à difusão e à contemplação das idéias e teorias higienistas, difundidas desde o século XIX, como se discutiu anteriormente. O objetivo que essa concepção trazia era produzir uma sociedade baseada nas teorias higiênicas e, para isso, nada mais plausível do que intervir sobre aqueles que não se enquadravam nessa perspectiva.

Novos personagens invadem a cena, trazidos à tona por uma psiquiatria de raiz organicista, que buscava implantar um aparato institucional voltado para a "regeneração moral e que, em última instância, lançava-se de corpo e alma às tarefas da disciplinarização e assepsia moral da cidade. (...) Neles não se teme a agressão, o delírio, o desatino, mas a insubmissão, a rebeldia, a "extravagância": a maçã podre que contamina as demais, para cuja identificação um olhar clínico se faz indispensável (Cunha, 1986, p.112).

Com o intuito de lapidar uns e completar os demais, de modo que se atingisse o modelo de homem civilizado que se pretendia impor (Gondra, 2003), estratégias foram sendo criadas e faziam parte dos estudos da medicina higiênica. Médicos produziam teses e teorias que tinham como foco criar métodos de produzir na sociedade uma consciência sanitária.

⁷ Peixoto, A. Missexualismo. *Arquivos de Medicina Legal e Identificação*, v.3, n.6, p.67-73, fev 1933.

Assim, profissionais como o Dr Antonio de Almeida Junior, produziram teorias que buscaram introduzir concepções nesse sentido em crianças já na educação básica:

Concebendo os problemas sanitários como problemas de ordem educativa, cuja solução passava pela inculcação de modos de viver calcados nos parâmetros da ciência, Dr Almeida Junior defende a necessidade de buscar o concurso da escola primaria na importante causa do saneamento do Brasil. Fator essencial na formação moral e intelectual do povo, a escola primaria é vista como a instituição a cuja força e poder deveriam recorrer os higienistas (Rocha, 2003, p.42).

O foco era criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos capazes de modelar e dominar de forma inconsciente toda a existência das crianças. Fazer com que essas resguardassem a infância da “debilidade e das moléstias” (Rocha, 2003). Dessa forma, o discurso higienista passou a se articular em torno do binômio educação e saúde.

Para além da escola, outras instituições também eram foco de intervenção dos higienistas, como hospitais, presídios, hospícios, igrejas, cemitérios, quartéis e a própria casa, convertidos em pontos estratégicos, por intermédio daqueles por quem o programa civilizatório seria posto em funcionamento, conquistando lugares de enunciação, difusão e de realização de práticas a ele associadas (Gondra, 2003).

Vale ressaltar que as idéias higienistas lançadas nessa época não se restringiam aos homossexuais. Qualquer pessoa que não se enquadrasse nas regras ditadas pelo higienismo era vista como um problema social que necessitava de tratamento. Esse tratamento, por sua vez, englobava desde a intervenção psiquiátrica até a internação em asilos (Cunha, 1986).

Com o passar dos anos, a concepção higienista foi perdendo espaço. Contudo, a concepção da homossexualidade como doença continuou a dominar os meios científicos de tal forma que em 1985 ainda era encontrada no Código Internacional de Doenças, da Organização Mundial de Saúde (OMS) embora desde os anos de 1960/1970 tal fato já viesse sendo questionado. Foi a partir de muita luta de grupos ativistas que o conceito de homossexualidade foi retirado da categoria doença.

Nos Estados Unidos, os *gays studies* e os *lesbian studies*, a partir de meados dos anos setenta, tentam provar que os gêneros seriam consequência de uma construção cultural, relativizando muito, em um mesmo gesto, a diferença entre homossexualidade e heterossexualidade”. (Agacinski, 1999, p.107).

Mesmo com esse importante avanço, a homossexualidade não deixou de ser vista e pensada como uma perversão ou como algo que transgredia as normas sociais. Isso foi ainda mais reforçado na década de 1980, com a epidemia de AIDS, cuja origem foi em várias situações atribuída aos homossexuais, sendo no início denominado de “Câncer Gay” ou “Peste Gay”. Este fato fez com que a

AIDS demorasse a receber a devida atenção por parte do poder público nacional, pois se dizia que tratava-se de um mal que assolava em massa gays americanos, com casos isolados no Brasil (Galvão, 1997, p.71).

Em parte essa culpabilização tinha como pressuposto a ligação com o estilo de vida que muitos gays tinham nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, como a prática de sexo em lugares como bares e cinemas com múltiplos parceiros. Comentando essa questão, Góis (2001) afirma que:

Como advogam ainda hoje alguns cientistas e ativistas gays, a natureza de tais atividades criou uma ambiência ecológica favorável à disseminação do HIV. A repetição de praticas sexuais penetrativas com múltiplos parceiros sem utilização de condoms e as conseqüentes múltiplas infecções por diferentes doenças teria produzido um enfraquecimento generalizado do sistema imunológico dos homossexuais masculinos. Em uma população que, além disso, era marcada por altas taxas de consumo de drogas, o HIV teria encontrado um nicho ecológico apropriado de expansão. (...) Para uma sociedade angustiada com seus fantasmas sexuais, foi fácil deitar nesta mistura os seus medos e, a partir dela, construir as primeiras representações sobre a epidemia. Em um processo de equalização de termos, pelas razões expostas, doença e comunidade gay passaram a significar uma coisa só (Góis, 2001, p.149).

Para combater a epidemia e desmistificar a idéia de que a AIDS era uma doença tipicamente gay e esses, seus principais causadores, houve por parte de grupos gays organizados, como o Outra Coisa e Ostra, de São Paulo, e o GGB (Grupo Gay da Bahia), uma pressão e um posicionamento reivindicatório por resposta políticas. Assim, a partir de 1985, trabalhos começaram a aparecer de forma mais sistemática com dimensão nacional. Esse sem dúvida, foi o “ano em que começa a se tornar impossível ignorar a AIDS brasileira, dado o crescimento do número de pessoas infectadas” (Daniel *apud* Galvão, 1997, p.72).

Nesse momento, alguns estados – como São Paulo, que criou um Programa de DST-Aids em 1983 a partir de uma reunião convocada e compartilhada por lideranças homossexuais, sendo com isso pioneiro – começam a articular seus serviços de saúde para atender esta nova demanda. Ao mesmo tempo, a sociedade civil começa a se mobilizar e a criar entidades sem fins lucrativos, que tinham como luta prioritária criar mecanismos políticos e educativos que combatessem a epidemia: surgem no cenário brasileiro as ONG-Aids. Houve também mobilizações por parte de forças militantes do movimento homossexual que se concentraram na “organização de um sistema de prevenção e atendimento às vítimas da epidemia”.

Nas grandes cidades do país, militantes misturaram-se a agentes de saúde e foram atuar diretamente nas ruas ou em locais freqüentados por homossexuais, lançando campanhas, promovendo debates, panfletando e distribuindo camisinhas. Foi assim que se criaram grupos para trabalhar com michês e travestis. Ficou famosa

em São Paulo, a pensão da travesti Brenda Lee, que passou a abrigar e sustentar dezenas de travestis infectados ou doentes de Aids, daí nascendo a Casa Brenda Lee, que se tornou quase uma extensão do hospital Emílio Ribas e uma entidade fundamental para a rede estadual de saúde, no setor de Aids (Trevisan, 2002, p.368).

A partir daí, o Brasil, aos poucos, montou uma rede de enfrentamento da Aids, tornando-se um modelo para Organização Mundial de Saúde (OMS). Contudo, nada disso seria possível sem a mobilização do movimento gay e de grupos GLS.

Segundo Trevisan (2002), criou-se a partir daí, um novo tipo de relacionamento entre homossexuais organizados e órgãos governamentais, fato que se tornou conveniente para ambos, pois assim, sem criar novos quadros, o governo repassava verbas aos grupos que começaram a se multiplicar no estilo ONG.

(...) surgiram militantes homossexuais de perfil mais profissionalizado e mais visível na mídia, ao estilo porta-voz, atuando diretamente nas cúpulas do poder, com base em lobbies, e trabalhando dentro das políticas governamentais, sobretudo na área de saúde (Trevisan, 2002, p. 369)

Dessa maneira, a epidemia provocou um *frisson* social que fez com que se criasse um movimento de revolução, trazendo a tona uma discussão que até

então era vista como um tabu: a sexualidade. Tal abertura abriu campo para que intelectuais homoeroticamente inclinados ou não, pusessem a homossexualidade no rol de muitos debates. Com isso, aos poucos, essa discussão foi se afastando da categoria AIDS/Homossexualidade para a ampliação de outros assuntos relacionados. Abriu-se espaço na mídia e já na década de 1990 revistas que tratavam de assuntos gays foram sendo lançadas, como a *Sui Generis*. Telenovelas trataram do tema⁸. Criou-se a marca GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), fato que incorporou novos adeptos a atmosfera de inovação, liberdade e ruptura que a homossexualidade passava a representar, sem esquecer das passeatas em todo o Brasil, organizadas pelo MHB, que existem até hoje e reúnem todo ano mais de um milhão de pessoas.

Contudo, não podemos considerar esse avanço como unânime socialmente. Atualmente, a homossexualidade continua vivendo sob um rígido controle moral. Apesar da ampliação dos debates, a população continua a assumir um discurso conservador, principalmente com a difusão de um novo tipo de “mercado”: o religioso.

(...) em nome de um novo consumo – agora religioso – a homofobia comparece, com redobrada virulência, através desses empresários da fé e da moral. E os fatos não se restringiram a meros ataques verbais: em Salvador abriu-se um centro evangélico para “recuperação” de homossexuais, liderado por um vereador local,

⁸ Um exemplo é a novela Torre de Babel, onde duas mulheres mantinham um relacionamento homossexual estável. O que não podemos deixar de ressaltar é que, apesar da abertura e da ampliação dos debates, tal fato não significou uma plena aceitação por parte do público. Nessa mesma novela, por exemplo, setores conservadores fizeram pressões, a audiência caiu bruscamente, motivos que levaram o autor a matar o casal numa explosão do Shopping Center.

enquanto em São Gonçalo (estado do Rio de Janeiro) foi criada uma igreja evangélica especializada em “curar” homens homossexuais, cujo objetivo manifesto é fazer o pecador sentir desejo por mulher (Trevisan, 2002, p.20)

A permanência e o fortalecimento de pensamentos nesses moldes mostra que, na verdade, ainda nos deparamos com uma “camuflagem social” quando o assunto sugere homossexualidade. O que nos parece é que aceitar nada mais é do que um modismo, ou seja, tolerar faz parte do discurso moderno, sendo toleráveis apenas os que estão circunscritos em uma determinada lógica,

(...) veiculada pela mídia pressurosa em detectar novas tendências, de que o consumismo resgatou de um modo definitivo os homossexuais para a sociedade capitalista. Já se passou a aceitar o bom-mocismo de pessoas HIV positivas que confessam publicamente essa nova “qualidade” do seu caráter ou o exotismo da lesbian chic com presença maciça na moda, no cinema e na música (...) No entanto, esse costuma ser um resgate tácito, um ato de condescendência que tolera apenas sob rigorosas circunstâncias, aceitando uma homossexualidade clean, da qual esteja depurado todo e qualquer resquício de “rebeldia” (Trevisan, 2002, p.22).

Isso mostra que a tolerância é variável e dependente da forma em que a homossexualidade é mostrada e veiculada. Por isso, apesar de ter adquirido um

grau de aceitação bem diferente daquele dos séculos passados, a prática homossexual ainda se constitui como um “caso de polícia, ainda que não proibida por lei” (Trevisan, 2002). Isso porque ser homossexual em uma sociedade como a nossa ainda significa sofrer privações, preconceito e discriminação. Significa ser vítima de violência e ser negligenciado, fato que se desdobra em outra característica desses reservatórios negativos: o silêncio que perpassa a vida gay. “É graças ao silêncio tácito que esses incidentes repressores sequer chegam ao conhecimento coletivo, como se nunca tivessem existido nem constituíssem um problema social” (Trevisan, p.23).

Dessa forma percebemos que a homossexualidade se expressa hoje na sociedade de diversas formas, ou seja, ela hoje é tema de debates abertos, nos quais o seu contexto é posto em discussão – o que permite uma maior visibilidade e que age de forma significativa na vida de muitos homossexuais. Contudo, mesmo com esses avanços, ela ainda é vista de forma negativa por muitos sujeitos. Tal fato é o que ainda permite a existência de comportamentos e atitudes de oposição aos homossexuais, que freqüentemente excluem atos de repúdio, afastamento e agressão.

Alguns desses atos chegam ao extremo, levando o sujeito agredido a traumas inconcebíveis ou até mesmo à morte, e a isso se convencionou chamar de homofobia.

2.2: Mas afinal, o que é homofobia?

O termo homofobia foi utilizado pela primeira vez nos anos de 1970 por um psicólogo americano. Ele caracteriza, assim, o medo e o resultante desprezo pelos homossexuais que alguns indivíduos sentem. É usado para descrever uma repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um ódio generalizado aos homossexuais e todos os aspectos do preconceito heterossexista⁹ e da discriminação anti-homossexual.

Este ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça, à graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e tortura, culminando em violentíssimos e pavorosos assassinatos – via de regra cometidos com revoltantes requintes de crueldade, abrangendo elevado número de golpes e tiros, o uso de múltiplos instrumentos e tortura prévia. Crimes de ódio em que a homossexualidade da vítima motivou a agressão e pesou definitivamente no *modus operandi* do homicida. (Mott; Cerqueira, 2003, p.6)

⁹ O termo "heterossexismo" não é familiar para muitos porque há relativamente, pouco tempo que tem sido utilizado, juntamente com "sexismo" e "racismo", para nomear uma opressão paralela, que suprime os direitos das lésbicas, gays e bissexuais. Heterossexismo descreve uma atitude mental que primeiramente categoriza para depois injustamente etiquetar como inferior todo um conjunto de cidadãos. O heterossexismo está institucionalizado nas nossas leis, órgãos de comunicação social, religiões e línguas. Tentativas de impor a heterossexualidade como superior ou como única forma de sexualidade são uma violação dos direitos humanos, tal como o racismo e o sexismo, e devem ser desafiadas com igual determinação." (Fonte: <http://www.community-work-training.org.uk>)

Alguns estudos sugerem que, em parte, ao cometer um ato violento contra um homossexual – físico ou verbal – alguns indivíduos passam a se sentir mais seguros com sua sexualidade. Porém, a maioria propõe a hipótese de que a maior porção da discriminação contra homossexuais surge de uma combinação composta por medo¹⁰ e moralismo, na qual os homossexuais são tidos como ameaças para o “universo moral” da sociedade.

Como os demais crimes de ódio¹¹, o crime homofóbico é marcado, muitas vezes, pela crueldade de quem o pratica – que se utiliza, muitas vezes, da tortura, com instrumentos mortíferos e sucessivos números de golpes. Contudo, por se tratar de algo que mexe com padrões morais e culturais da sociedade, mesmo os crimes mais hediondos não despertam a atenção e empenho das autoridades, ou seja, não existe uma preocupação evidente e tampouco se constroem mecanismos de combate. Arruda (2001) em seu livro *Dias de ira: uma história verídica de assassinatos autorizados*, evidencia essa afirmação ao narrar uma série de assassinatos ocorridos em 1986 na cidade de São Paulo, que tiveram como vítimas um psiquiatra, um professor, um decorador e um diretor de teatro, todos homossexuais, brutalmente mortos. Tais crimes, devido às

¹⁰ Aqui, abordando mais uma vez a questão do “medo”, nos referimos a esse sentimento não apenas no seu sentido mais óbvio, mas no seu sentido pejorativo, ou seja, naquele relacionado a um sentimento mais íntimo, mais profundo do indivíduo. E o crime seria então percebido como uma “fuga”, uma afirmação da ideia de que se matando o homossexual, se está também matando o homossexual dentro de si.

¹¹ Segundo a Enciclopédia Digital de Direitos Humanos, crimes de ódio seriam "atos ilícitos ou tentativas de tais atos que incluem insultos, danos morais e materiais, agressão física, às vezes chegando ao assassinato, praticados em razão da raça, sexo, religião, orientação sexual ou etnia da vítima. Os crimes de ódio são portanto motivados pelo racismo, machismo, intolerância religiosa, homofobia e etnocentrismo, levando seus atores geralmente a praticarem elevado grau de violência física e desprezo moral contra a vítima, sendo tais mortes muitas vezes antecedidas de tortura, uso de múltiplas armas e grande número de golpes." (www.dhnet.org.br).

características em que as vítimas eram encontradas – nuas, com braços amarrados e a boca amordaçada¹² –, levaram a polícia a apostar na existência de um serial killer.

Contudo, o que vale ressaltar é que Arruda, ao mesmo tempo que descreve esses assassinatos, aponta a forma como eles foram tratados pelas autoridades, mostrando que o descaso prevaleceu e muitas pistas e provas importantes foram perdidas. Tomando por base um dos assassinados, o do decorador Zezinho¹³, Arruda descreve que,

Eles o catalogaram como homossexual desde os primeiros momentos da investigação. Ainda na tarde do domingo em que o corpo foi encontrado, policiais do 7º DP, responsáveis pelo bairro da Pompéia, já comentavam entre eles que Zezinho comprava serviços de michês. (Arruda, 2001, p. 83)

Essa passagem já nos mostra que o olhar que os investigadores deram ao caso Zezinho fora demasiadamente influenciado pela à orientação sexual da vítima. Isso fica mais evidente quando Arruda faz os seguintes apontamentos:

Era uma pasta magra. O material contido nela não indicava nenhum interesse especial da polícia pelo caso do velho de “vida desregrada”. Pela leitura de suas páginas, percebe-se o seguinte:

¹² Contudo, as *causas mortis* variaram de estrangulamento a golpes por armas brancas.

¹³ Seu nome verdadeiro, segundo Arruda (1999), era José Liberato, um senhor negro de 66 anos, que teria morrido asfixiado por um cordão de cortina que o assassino teria puxado da janela, após tê-lo imobilizado com as pernas.

- 1) no sobrado da Pompéia, a polícia técnica não recolheu nenhuma impressão digital. Foram feitas quatro fotografias;
- 2) o DHPP demorou doze dias para começar a ouvir formalmente pessoas que podiam ajudar a esclarecer o caso. Em dez meses os investigadores ouviram sete pessoas;
- 3) os dois amigos de Zezinho, que o viram junto com o michê poucos dias antes do assassinato, foram chamados para depor três meses após o ocorrido. Embora tenham descrito o michê, não se produziu um retrato falado dele.; (...) (Arruda, 1999, p.84)

Arruda descreve mais o desinteresse da polícia e as provas que deixaram de ser averiguadas, fatos que levaram o maior suspeito pelos assassinatos¹⁴ à absolvição por falta de provas.

Dessa forma, o que vale ressaltar é que a impunidade desses tipos de crimes serve para destacar uma tendência que existe em nossa sociedade, que é a de culpabilizar as vítimas de violência, justificando o crime pelo que a pessoa é, nesse caso, homossexual. Então, assim, a violência praticada seria um castigo provindo do seu comportamento “anti-social”. Frente a isso é comum que gays vítimas de violência e testemunhas da mesma não a denunciem.

¹⁴ O suspeito era um jovem de 25 anos, chamado Fortunato Botton Neto, também conhecido como Alemão, por conta de sua característica física – cabelos loiros e olhos claros. “Era um prostituto. Mais exatamente, um michê – termo usado para denominar homens que se prostituem, especialmente no meio masculino, mas sem perder a aparência, os modos, o discurso viril.” (Aruda, 1999, p.21)

Concepções como essas ocasionam não somente uma violação dos direitos desses cidadãos, mas reafirmam uma questão que é preponderante e importante na luta contra a violência: a ausência de respeito. Respeito pela individualidade... Pela liberdade de expressão...Pela liberdade de escolha...O respeito pela dignidade humana.

2.2.1 A homofobia no Brasil hoje.

A homofobia é um sentimento enraizado e tem causado a morte de centenas de gays, lésbicas e travestis em todo o Brasil. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é o campeão mundial em crimes homofóbicos, vindo acompanhado do México e dos Estados Unidos. Diferente do que ocorre na América, a Europa possui índices menores, como no caso da Holanda, onde em 2001, apenas dois gays foram assassinados, e nenhum na Noruega e Dinamarca.

Isso mostra que no Brasil, a homofobia é cruel, persistente e generalizada (Mott 2003). Fato que revela bem a ausência da participação do poder público no combate a crimes contra homossexuais. Isso também se explicita na própria ausência de dados que revelem os números exatos de vítimas, assim como dos tipos de crimes mais praticados. Se não fosse o esforço de grupos como o GGB, por exemplo, que através de um acompanhamento contínuo e sério sobre notícias que revelam crimes homofóbicos, conseguem traçar um perfil do

agressor e das vítimas e uma estimativa sobre os números desses crimes, o conhecimento sobre esses índices seriam praticamente escassos¹⁵.

Mais duas fontes de levantamento foram buscadas para dar concretude a nossa pesquisa, contudo elas trazem dados referentes apenas ao Rio de Janeiro¹⁶. A primeira foi feita na Parada do Orgulho GLBT – Rio 2003, publicada em dossiê, onde os números foram levantados através de entrevista com os participantes. Essa mostrou a instauração de tipos específicos de violência que vão desde agressão física até chantagens e extorsão.

A outra fonte de levantamento conseguimos através do DDH (Disque Defesa Homossexual) do Rio de Janeiro. Nesta, a estatística se baseia no número de atendimento/denúncia feitos.

Com isso é importante frisar que devido à dicotomia existente entre as fontes supracitadas, no que tange a forma em que os dados são coletados, fica impossível fazer uma associação ou comparação, já que os números não coincidiram.

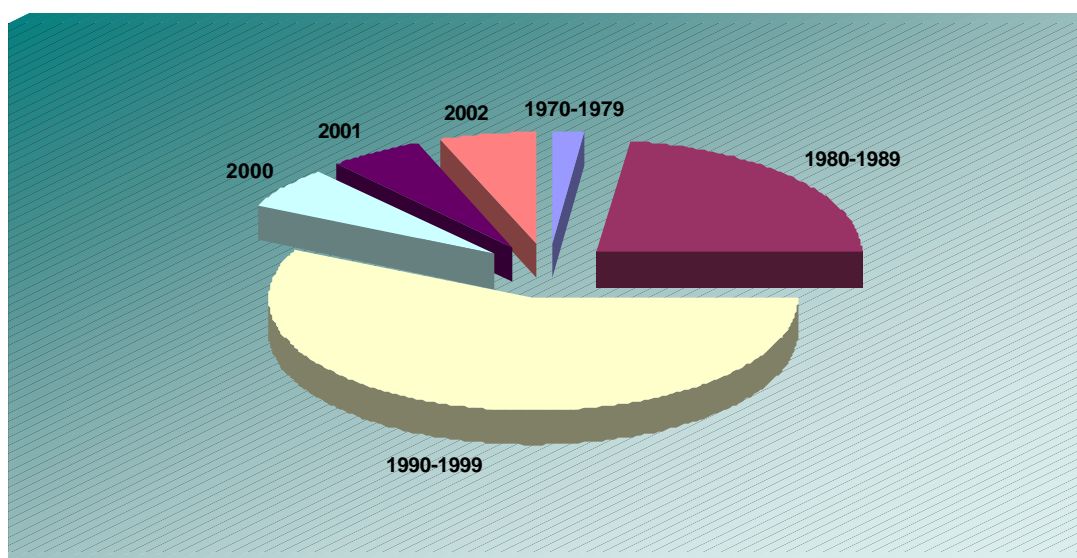
Assim, foi nesses três levantamentos que baseamos nossa análise. Contudo, já que nossa pesquisa não se concentra em apenas um estado, priorizamos o Relatório do GGB, por este estender seus números para todo o país.

¹⁵ O levantamento de dados sobre a vitimização de homossexuais no Brasil é ainda muito precário e conta com poucas fontes: uma é o levantamento a partir de notícias publicadas em jornais brasileiros, feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), como apontamos. Contudo é provável que esses números sejam maiores, já que foram levantados a partir de recortes de jornais, e as estatísticas governamentais sobre essas mortes são precárias.

¹⁶ A escolha por tais fontes se deu apenas pela facilidade de acesso a tais documentos, devido a questão regional.

Segundo esse relatório, entre 1970 e 2002 foram assassinados 2.188 homossexuais. O aumento expressivo ocorrido nos anos que se seguem entre a década de 1990 e os anos de 2000 até 2002, será o nosso fio condutor da análise.

Homossexuais Assassinados 1970 / 2002¹⁷

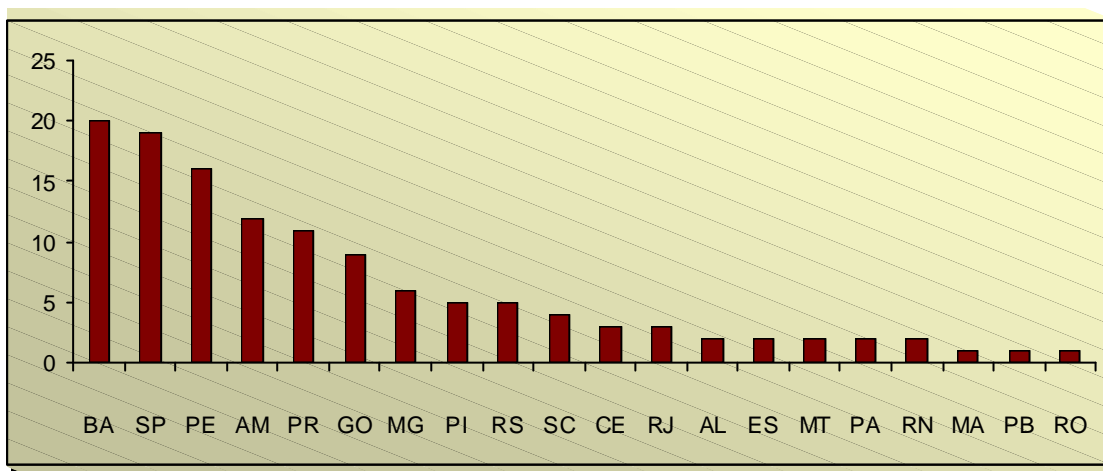


Com este gráfico, comparando as décadas de 1970 e 1980, podemos perceber um aumento significativo no número de homossexuais assassinados. Esse aumento pode ser justificado pelo fato de que foi na década de 1980 que o Brasil viu surgir seus primeiros casos de AIDS e logo a epidemia. Como já demonstrado, tal quadro ao mesmo tempo que possibilitou a ampliação da discussão em torno da sexualidade, fez eclodir e aumentar o ódio generalizado a

¹⁷ Todos os levantamentos foram retirados do livro: Mott, L.; Cerqueira, M. **Matei porque odeio gay**. Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.

homossexuais, posto que, no início, a relação AIDS/Homossexualidade foi maciçamente reforçada¹⁸.

HOMOSSEXUAIS ASSASSINADOS POR ESTADO – 2002



No que diz respeito ao estado de ocorrência do crime, o gráfico acima possibilita-nos perceber de imediato que a Bahia é o estado onde mais ocorrem mortes de homossexuais, sendo acompanhado por São Paulo e Pernambuco. Segundo o GGB, não existe um fator ou fatores determinantes que justifiquem tais fatos. O que pode haver é uma facilidade maior do grupo em computar esses números, já que o acompanhamento das reportagens é mais facilitado nestes estados comparação com outros.

¹⁸ Além disso, não podemos esquecer que a fonte de dados também possui restrições, podendo ser esses índices superiores, o que faz inclusive, com que esse número se multiplique na década de 1990.

Já no caso de São Paulo, uma hipótese pode justificar o índice elevado: a grande concentração em sua capital de grupos antigays como, por exemplo, o Esquadrão de Caça aos Travestis e os *skinheadss* que, segundo Mott (1996), possuem como característica sua forma de ação, que varia desde o uso de armas de fogo à agressão física (socos e pontapés).

Em finais de 1989 têm início no Brasil as primeiras investidas de grupos neonazistas em diferentes regiões; tais grupos sempre costumam incluir os homossexuais entre as minorias a serem exterminadas ou, quando menos, agredidas e intimidadas. (Mott, 1996, p.122)

No que tange a Pernambuco, devemos ressaltar que se trata de um estado do Nordeste, onde a predominância do machismo possui raízes profundas no coronelismo e no cangaço. Dessa forma, a necessidade de manter intacta a imagem de um povo marcadamente “macho” por natureza faz com que se puna quem fere essa imagem. Na nossa opinião, partiria daí uma explicação para o destaque desse estado no ranking dos que mais cometem violência contra homossexuais.

Apesar do Rio de Janeiro não surgir nas primeiras posições no gráfico, esse estado apresenta índices alarmantes de violência antigay. E por isso, alguns pontos, no que concerne ao estado devem ser destacados.

Como mostra a pesquisa da 8ª Parada GLTB, das maiores agressões assinaladas pelos entrevistados – agressão física, agressão verbal e ameaça, Boa Noite Cinderela, violência sexual, chantagem e extorsão, discriminação – menos

de 20% são denunciadas a órgãos públicos, como ONGs e DDH, ou para as famílias. Muito dessa escassez de denúncias se vincula ao medo da polícia, devido a esta elencar o rol dos praticantes de violência antigay. Os dados do DDH confirmam tais informações e mostram que a discriminação é a violência mais sofrida, chegando à casa dos 19,80% em 2002 das denúncias feitas¹⁹.

No Rio de Janeiro, não existe referência à existência de grupos homofóbicos, na mesma proporção que em São Paulo; mas a o resultado da pesquisa da Parada confirma a “impressão de que a homofobia, mesmo em casos graves, é vivida de forma predominantemente silenciosa e que a significativa maioria das agressões resta não só impune, mas sequer registrada²⁰.”

Já no que tange a idade do agressor, é possível afirmar que os jovens são os maiores promotores da violência contra gays. Algumas hipóteses explicam o por quê. A primeira delas estaria no fato de que, juridicamente menores de 18 anos não são responsáveis por seus atos, o que facilitaria esse tipo de comportamento. A segunda hipótese estaria no desejo de, ao assassinar ou cometer qualquer crime dessa natureza, poder exterminar o homossexual dentro de si. Muitos jovens praticam atos de violência porque passam por graves conflitos de auto-aceitação, e tentam de negar para si e para os outros seu desejo homossexual. Outro determinante estaria no fato de que muitas vezes esses jovens atuam sob o efeito de álcool e de drogas e partem da premissa de que seus atos incoseqüentes não estão errados, uma vez que eles estão de alguma

¹⁹ É a estatística com maior incidência desde 1999 até 2004.

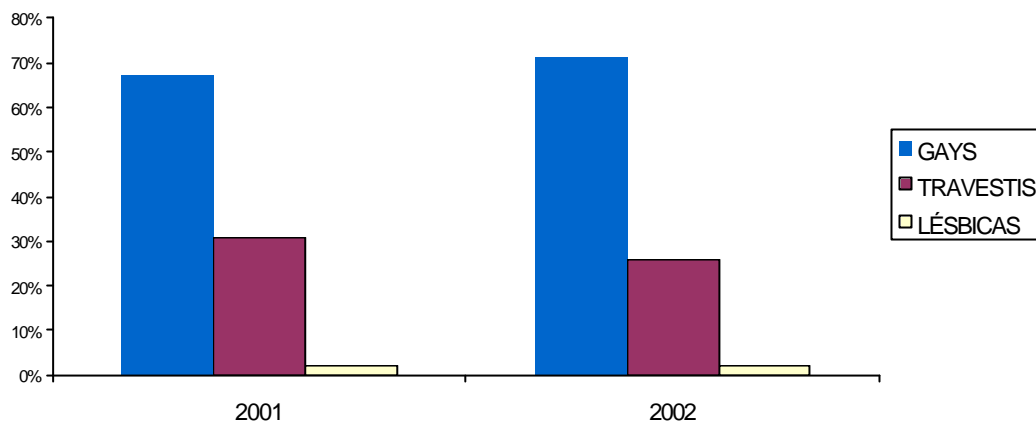
²⁰ Política, Direitos, Violência e Homossexualidade – Pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2003. (p.26)

forma fazendo “justiça”, por considerarem as pessoas agredidas como traidores das “normas sociais” e que por isso merecem o castigo.

(...) o crime de ódio mais tolerado socialmente pelos jovens e provavelmente o mais praticado é contra as minorias sexuais. Tais crimes homofóbicos se baseiam em quatro justificativas: a idéia de que a homossexualidade é imoral e que espancando ou matando os gays está-se limpando a sociedade deste mal; os jovens que espancam gays sentem-se valorizados em seu machismo e na demonstração que têm força e poder espancar gays pode servir como comprovação da própria heterossexualidade para os colegas; alguns justificam que os gays são predadores e ao agredi-los os jovens estão se prevenindo de possível assédio sexual, algo como legítima defesa da honra. (GGB, 2001)

Outro aspecto a ser salientado se vincula à orientação sexual. O gráfico abaixo mostra como a incidência da violência não é distribuída uniformemente entre as diferentes orientações.

Orientação Sexual dos Homossexuais Assassinados 2001 - 2002



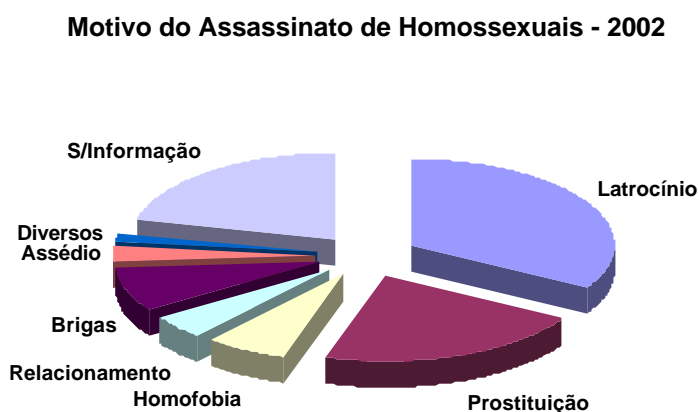
No que diz respeito ao sexo/gênero, vemos que é superior o número de gays assassinados em comparação com o de lésbicas e de travestis. Tal índice pode ser explicado por alguns fatores: homens gays assumem sua sexualidade mais do que as mulheres, isso os coloca em maior exposição; outro fator é o próprio quantitativo, ou seja, a população de homens gays é supostamente superior a de travestis e lésbicas. A independência econômica e emocional também é um fator diferencial e é mais acessível ao homem.

Além desses, existem outros fatores que justificam esses números, como o fato de que é maior a exposição de gays a situações de risco, como a prostituição ou a facilidade em “curtir” casos passageiros que, começam geralmente em boates, bares ou guetos de concentração homossexual (os chamados lugares de “pegação”). Muitas são as chances desses serem vítimas de golpes, como o “Boa Noite Cinderela”²¹, que podem ter desfechos dramáticos.

²¹ Trata-se da sedação da vítima com sonífero e outras substâncias narcóticas com o objetivo de roubar.

Como sinaliza o relatório da passeata, no Rio de Janeiro, esse é considerado pela polícia e pela imprensa como o crime típico contra homossexuais, sendo os gays homens as vítimas com maior percentual, cerca de 10.4%, dos entrevistados.

No que diz respeito aos motivos que levam ao assassinato de homossexuais, vejamos o gráfico abaixo:



Aqui, o latrocínio²² surge como a causa maior dos motivos que levam homossexuais a serem assassinados. Como se trata de uma estatística retirada de manchetes de jornais, suponhamos que não evidencie o real motivo que, na nossa opinião, leva homossexuais a serem assassinados, no caso a homofobia. O latrocínio pode ser um sinal de que “por trás” desses roubos existiria uma prévia intenção de assassinar a vítima pelo simples fato dela ser homossexual.

²² Latrocínio significa “roubo ou extorsão a mão armada; roubo violento.” (Amora, 2001)

Latrocínio contra homossexuais, sobretudo quando perpetrados dentro do imóvel da vítima, no mais das vezes devem ser considerados crimes homofóbicos, pois a vulnerabilidade social e fragilidade andrógina de muitos gays, sobretudo quando mais velhos, faz destes indivíduos presas fáceis e tentadoras de rapazes de programa ou homens mal intencionados. A condição de clandestinidade e ocultamento como se realizam muitos destes encontros, é outro detalhe que reforça a justeza em classificar tais latrocínios como crimes homofóbicos, pois é o estigma associado ao homoerotismo que força muitos homossexuais a manterem-se no armário, sem poder contar com o apoio de vizinhos quando agredidos ou quando gritam por socorro (Mott; Cerqueira; 2003, p.48).

Já no que diz respeito aos modos como homossexuais têm sido assassinados, o gráfico abaixo nos aponta quais as *causa mortis* que envolvem esses crimes com mais frequência:

CAUSA MORTIS DOS HOMOSSEXUAIS ASSASSINADOS (2002)

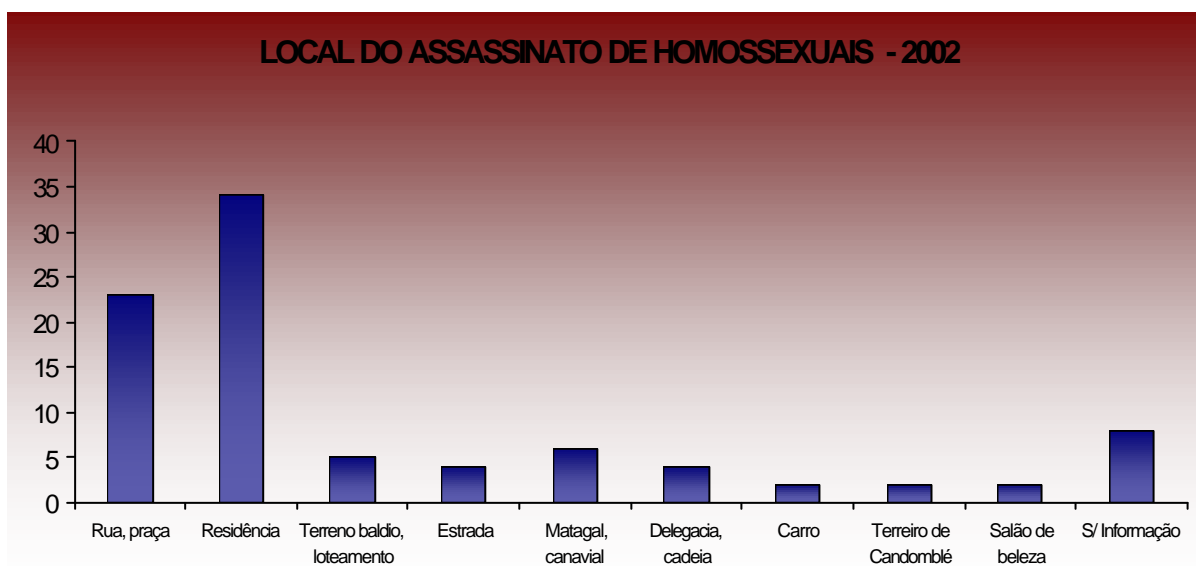


Acreditamos que o uso mais freqüente de revólveres e das chamadas armas brancas (faca, punhal, etc) se dá é possivelmente pela facilidade de obtenção dos mesmos. Contudo, o uso de armas brancas, levanta uma outra questão, apontada pelo GGB, no relatório de 2001:

O elevado número de facadas comprova todo o ódio do assassino em relação não apenas àquele indivíduo em particular, mas contra o que ele representava no seu imaginário: a homossexualidade. Considerado durante séculos, em nossa tradição cristã luso-brasileira, como “o mais torpe, sujo e desonesto pecado, o abominável e nefando crime de sodomia ainda hoje desperta ódio mortal em incontável numero de pessoas. “Viado tem mais é que morrer!”, é ditado que se ouve de norte a sul do país”. (Relatório GGB, 2001)

Entretanto, a forte marca de violência utilizada é chocante, pois, segundo os dados do GGB a vítima sempre é morta com mais de um tiro ou com vários golpes, chegando em alguns casos a ultrapassar a média de 15 tiros ou golpes por pessoa.

No que diz respeito aos locais dos assassinatos, a rua se mostra como um dos locais públicos com maior índice, vindo acompanhada da residência. Na nossa análise, esses dois lugares se destacam porque são os locais onde a vulnerabilidade se encontra mais presente, ou seja, a rua e os locais públicos (ou pontos de “pegação”) são os locais onde se efetuam os primeiros contatos, que podem se dar através de dois processos distintos a prostituição propriamente dita ou por encontros ocasionais. Nesse último, a ida para a residência é uma constante, onde muitos crimes que ocorrem variam de pequenos furtos a espancamentos, que podem ou não desencadear a morte de gays.



Contudo, não podemos deixar de perceber que a delegacia e a cadeia também se destacam. O mais grave neste dado é que a polícia surge nesse contexto como um dos principais mecanismos de repressão a homossexuais quando, visto seu propósito na sociedade, deveria representar sua proteção. Muitos são os casos de abusos de autoridades policiais em relação a gays, lésbicas e transgêneros:

As manchetes dos jornais refletem os excessos destas abusivas caçadas humanas: Brigada militar usada para convencer homossexuais; Operação Pudor começa a tirar travestis das ruas; Polícia caça e expulsa gays. (Mott, 1996:113)

Isso nos remete a uma discussão sobre como instituições socialmente vistas como as que deveriam fornecer proteção podem vir a ser as que mais praticam violência contra pessoas homoeroticamente inclinadas:

Os policiais e militares são, portanto, uma das categorias socioprofissionais de atuação mais urgente por parte do movimento de direitos humanos, pois são os principais autores de constantes abusos de poder, violência física e assassinatos. (Mott, 1996:134)

Outro dado que se destaca refere-se à cor dos homossexuais assassinados:

Cor dos Homossexuais Masculinos Assassinados - 2002



A violência racial é um problema social grave de nosso país. Grave, uma vez que existe, mas é “camuflada”, com o objetivo de fortalecer a idéia de que no Brasil o preconceito não existe, pois vivemos numa democracia racial. Entretanto, muitos negros representam a prova viva²³ de que o preconceito e a discriminação predominam em muitos espaços e na mente da sociedade como um todo.

A violência racial está em todos os lugares e grupos. É uma violência histórica e culturalmente fortalecida, em especial pelo processo de escravização dos negros. Ela foi e é reforçada por idéias que colocam o negro num patamar de submissão, quando não, recria a imagem do negro como ladrão, sem-educação, sujo, etc.

²³ Com certeza qualquer pessoa negra pode relatar pelo menos um momento em sua vida no qual, com maior ou menor intensidade, já foi vítima de injúria, desrespeito, agressão verbal ou física. Outrossim, se viu desconsiderado, destrutado, estereotipado, por conta de sua raça.

Um mecanismo que contribui demasiadamente para o uso dessa imagem é a mídia. Na televisão, por exemplo, por muito tempo, sempre foram atribuídos ao negro, papéis de empregadas domésticas, porteiros, escravos, etc, sempre evidenciando o seu “lugar real” na sociedade.

Assim, vemos cotidianamente, indivíduos se referirem a estes sujeitos através de termos chulos e jocosos, atitudes estas que possuem o intuito único de menosprezar. E é o que muitas vezes desencadeia a agressão física.

Neste último gráfico, o que mais nos chama a atenção é o elevado número de vítimas cuja cor não está especificada. Esse dado dificulta uma análise mais aprofundada, porque não permite um conhecimento sobre a cor das maiores vítimas de violência antigay. Seja como for, percebemos que é a cor parda que, entre pretos e brancos se destaca.

Todavia, o que nessa discussão não poderíamos deixar de destacar é que, mesmo que os números não apontem, homossexuais afros-descendentes vivenciam uma situação de extrema dificuldade: a dupla discriminação. Ou seja, enfrentam o fato de serem negros e gays numa sociedade altamente preconceituosa – mesmo quando assim não assume. Essa situação que se agrava no que concerne as lésbicas que, precisam lidar com o fato de serem negras, mulheres e homossexuais.

Contudo, mais grave ainda, é que, segundo Mott; Cerqueira,

pesquisas revelam que, surpreendentemente, os pretos tendem a ser mais homofóbicos e conservadores em questões sexuais do que os pardos e os brancos – agravando ainda mais as aflições dos homossexuais afros-descendentes,

que além de sofrerem discriminação racial por parte dos brancos, são vítimas redobradas da homofobia, primeiro por parte da sociedade em geral, segundo, por parte de sua própria comunidade étnica, não podendo contar sequer com a solidariedade ou tolerância de seus irmãos de cor, que costumam repelir agressivamente os negros homossexuais, acusando-os de serem traidores da própria raça. (Mott; Cerqueira; p.25)

Esses dados evidenciam que o preconceito e a discriminação são sentimentos fortemente presentes na nossa sociedade e fazem com que atos de violência e covardia se espalhem e, o que é pior, sem punições reais e severas.

Mas afinal, o que entendemos sobre violência e em que medida ela atua de forma real na vida de quem sofre esse processo de marginalização e discriminação? De que forma os homossexuais lidam com as diversas formas de violência – verbal, psicológica, física, simbólica – que cotidianamente se manifestam em suas vidas? Que suporte, em termos de política, ou apoio mútuo eles buscam nesse enfrentamento?

Com base nesses pressupostos, no próximo capítulo, buscamos transcorrer sobre o que é a violência, de forma a entendê-la enquanto fenômeno social e, a partir das entrevistas, perceber sua ação sobre a vida de alguns homossexuais.

Capítulo II

A violência na sociedade brasileira e suas manifestações.

A violência é um fenômeno presente em qualquer sociedade. Como se trata de algo multifacetado se dá a partir de diferentes motivos. Outrossim, existem muitos estudos que buscam entendê-la enquanto um fenômeno social, na perspectiva de perceber seus pressupostos e de que forma ela surge, ou seja, quais seriam suas causas e conseqüências.

Pensando nisso, buscamos nesse capítulo teorizar e entender o fenômeno violência na sociedade brasileira a partir da leitura de alguns estudos, isto é, compreender melhor seus pressupostos e agentes causadores. Com base nisso, buscamos fazer também um parâmetro com a nossa investigação sobre a violência sofrida por homossexuais do sexo masculino, partindo da premissa de que se trata de um grupo minoritário e que por isso são as maiores vítimas de violência.

O centro dessa interlocução se preocupará em perceber se existe uma relação entre o que a “teoria” nos aponta e a leitura da realidade experienciada pelos sujeitos entrevistados.

1 – Teoria e realidade: a ligação entre o fenômeno da violência e a vida gay.

A violência é um fenômeno que só recentemente passou a ser vista como um problema social grave. Para sermos mais exatos é somente a partir do século XIX, quando foi tema de discussão de pensadores como Hegel e Marx em

função dos constantes movimentos que fizeram parte da história das massas operárias da Europa naquela época, que este fenômeno foi alçado à condição de problema público relevante.

Analisando sob uma perspectiva histórica, a violência sempre fez parte do processo de desenvolvimento e mudança das sociedades, mesmo não sendo assim denominada. Verificando alguns dos principais eventos que fizeram parte desses processos, percebemos que a violência foi uma das “armas” mais utilizadas para a imposição e o exercício de certa forma de poder. Talvez esteja aí a explicação para sua incessante presença no nosso cotidiano.²⁴ Exemplo disso pode ser visto no relato que Darnton faz sobre a França do século XVIII, no período da Revolução Francesa:

Os parisienses viviam passando por cadáveres pescados do Sena e pendurados pelos pés ao longo da margem. Sabiam que uma “*mine patibulaire*” (“cara partibular”) era um rosto que se parecia com uma daquelas cabeças degoladas e expostas pelo carrasco público na ponta de um forcado. Tinham presenciado esquartejamentos de criminosos em execuções públicas. E não podiam andar pelo centro da cidade sem empapar os sapatos de sangue.

Os conquistadores da Bastilha não se limitaram a destruir um símbolo do despotismo real. Entre eles, 150 foram mortos ou feridos no assalto à prisão, e, quando os sobreviventes apanharam o

²⁴ Neste sentido podemos pensar na violência enquanto um aparato que se estabeleceu sob diversas formas e atacou diversas sociedades destruindo costumes, culturas...

diretor, cortaram sua cabeça e desfilaram-na por Paris na ponta de uma lança (Darnton, 1990, p.31).

Não diferente do resto mundo, o processo de “construção” da sociedade brasileira também foi marcado por muitos episódios onde o predomínio da violência se fez valer para imposição de soberania (Chauí, 2000). Tal fato pode ser percebido desde o próprio processo de colonização.

Concretizada em um período curto, a colonização resultou de uma série de empreendimentos interligados envolvendo desde a dominação do povo indígena até a escravização do povo africano. Pensar que esse processo foi pacífico é pensar de forma inocente:

Os índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes. Do contato com o europeu resultou uma população mestiça, que mostra, até hoje, sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira. Uma forma excepcional de resistência dos índios consistiu no isolamento, alcançado através de contínuos deslocamentos para regiões cada vez mais pobres. (...) Mas, no conjunto, a palavra “catástrofe” é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista e apenas cerca de 250 mil existem nos dias de hoje (Fausto, 2003, p.41).

Diferentemente dos índios, os negros lutavam contra o fato de não estarem em suas terras, o que contribuía ainda mais para sua segregação. Também possuíam características peculiares que os colocavam como um maior atrativo, segundo alguns historiadores. Muitos negros provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era, assim, superior à dos índios. Por causa disto, eles eram brutalmente arrancados de sua terra original e trazidos sob condições sub-humanas para servirem de escravos no novo continente²⁵. Dessa forma, a violência enquanto um modelo de dominação, fez com que o poder pusesse o negro numa condição de objeto onde, segundo Fausto (2003, p.54) “o negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa.” Tal fato nos mostra e nos faz pensar sobre as formas e os modelos de poder e de organização aos quais fomos sendo constituídos enquanto grupo social, o que nos faz crer que toda a barbárie vivida atualmente possui um precedente lógico.

Vários outros processos, que culminaram em guerras e revoluções, entraram para a nossa história como períodos onde a violência predominou como marca maior de legitimação de poder. O período do Regime Militar (1964 – 1985) que até hoje aparece no imaginário social como o “período do medo”, onde sonhos e ideais eram construídos ocultamente devido a forte repressão, é um bom exemplo disto.

²⁵ Contudo, essa dominação não era passivamente absorvida e através de fugas individuais ou de massa, agressões contra quem os escravizavam e resistência cotidiana, eles tentavam – muitas vezes em vão – fugir da violência que se impunha.

Embora não valha a pena entrarmos em seus detalhes mais específicos, pois fugiria do nosso propósito, é relevante ressaltar que este período mancha de vermelho uma época da história brasileira.

A junta militar respondeu com varias medidas formais de repressão, além da tortura, à escalada da esquerda radical. (...) Através do AI-13, a junta criou a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional. (...) Estabeleceu-se também pelo AI-14 a pena de morte para os casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionaria ou subversiva. (...) A pena de morte nunca foi aplicada formalmente, preferindo-se a ela as execuções sumarias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos da ordem ou como desaparecimentos misteriosos (Fausto, 2003, p.481).

Visto sob esse prisma, podemos dizer que a violência, historicamente, se projetou como um mecanismo que não apenas definiu poder, mas também superioridade e dominação. Além disso, sua presença hoje entre nós pode ser vista como um dos fatores que mais explicitam o estágio de (sub) desenvolvimento da nossa sociedade.

(...) tanto quanto a norma, a violência, como forma ou resultado da sua transgressão, constitui também ela uma linguagem, através da qual uma

sociedade nos fala do seu modo de organização, dos valores que reputa fundamentais, da sua concepção sobre o mundo, a natureza e o sobrenatural, e do lugar que nela ocupa a vida humana, como princípios ordenadores da vida associada. (Montes, 1996, p.219)

1.1 . A violência enquanto um fenômeno complexo: suas principais causas.

A violência, a partir da interpretação de alguns estudos (Minayo e Souza, 1993; Bandeira e Batista, 2002; Macedo, Paim, Silva e Costa, 2001) constitui um fenômeno complexo resultante de múltiplas determinações. Essas determinações, por sua vez, possuem algumas peculiaridades que variam de sociedade para sociedade. Ou seja, elas podem estar ligadas a questões de cunho socioeconômico, expressas nas desigualdades sociais, como em alguns países da América Latina, como podem estar ligadas a questões religiosas, raciais e étnicas, a exemplo do que ocorre no Oriente Médio e África.

No Brasil – uma das nações com índices mais elevados de pobreza estrutural – as causas mais evidentes para o fenômeno da violência, vinculam-se diretamente a questões de cunho econômico, político e social. Isso porque é a partir da ligação ou da “má” ligação de uma com a outra que o país produz índices enormes de desigualdades.

Essas desigualdades abrem “brechas sociais” para a introdução ou fortalecimento de questões que geram, afirmam e fazem proliferar a violência na

nossa sociedade. Assim, podemos afirmar que além da pobreza, a violência também decorre do preconceito e da discriminação, do descaso por parte do poder público e da escassez de políticas sociais eficazes, sejam elas vinculadas a educação, a geração de renda, entre outras.

1.1.2. Pobreza e desigualdade social como geradores de violência.

Apesar da multiplicidade de fatores que podem ser responsáveis pela expansão da violência em nossa sociedade, podemos destacar alguns que possivelmente têm uma influência mais significativa. Um deles é o processo de diferenciação sócio-econômica entre os distintos grupos populacionais, processo esse que se assenta nas formas de gestão e planejamento da vida social ao longo da história do Brasil. Já no período republicano, por exemplo,

as tendências sociais caminharam no sentido de substituição progressiva das relações hierárquicas estamentais pela moderna formação da moderna sociedade de classes, com a constituição de um vigoroso e combativo proletariado urbano, em particular nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e na portuária cidade de Santos, situada na mesma região Sudeste. Aprofundaram-se as desigualdades regionais e a concentração da riqueza sob controle dos cafeicultores, dos proprietários rurais e da nova classe de empresários industriais. A polarização social agravou-se, estimulando revoltas no campo e uma

onda de greves nas cidades industriais (Adorno, 2002, p.86).

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil, cresceu economicamente, inclusive com a construção de um complexo parque industrial em São Paulo. Isso serviu para aprofundar o capitalismo na sociedade e para nos fortalecer infra e tecnologicamente, dando início à emergência de uma ampla massa social no cenário político.

Com a grave crise ocorrida na década de 80 – a chamada década perdida – decorrente de um processo de endividamento interno e externo, houve um agravamento ainda maior na desigualdade social no país, assim como na maioria dos países latino-americanos. Foi o esgotamento do Estado Desenvolvimentista.

Com um terreno apropriado e uma entrada retardatária, o neoliberalismo deu seus primeiros passos no país com a eleição de Fernando Collor de Melo através de seu plano de estabilização e de reforma econômica. Mas foi a partir de meados dos anos 90, após o lançamento do plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso que o neoliberalismo se estabeleceu no país como política econômica e social²⁶. A consequência disso foi que o Brasil se tornou inteiramente dependente dos capitais externos em função da abertura econômica e dos juros altos, inúmeras empresas quebraram: o nosso parque industrial se reduziu e se desnacionalizou. O desemprego se espalhou como epidemia. (Lesbaupin, 1999)

²⁶ Essa política possui como premissa a integração submissa à economia globalizada e a abertura econômica sem freios, onde os mercados financeiros internacionais ditam as regras e o país se submete. (Lesbaupin, 1999).

Com isso, os índices de pobreza acentuaram-se. Os pobres urbanos tornaram-se mais numerosos. Parcelas consideráveis dos estratos médios tornaram-se mais vulneráveis aos efeitos da política, o que conseqüentemente agravou a situação das camadas de renda mais baixa, gerando o que Soares (2002) chama de uma “nova pobreza”²⁷.

Referindo-se à história da América Latina, - englobando o Brasil – Chasteen (2001), resume esse processo:

Em 1980, a maioria dos governos da região eram ditaduras de vários tipos. Em 2000, governos eleitos passaram a predominar. E a globalização da década de 1990 ajudou a América Latina a deixar para trás a “década perdida” de 1980 de dívida externa, inflação e estagnação. A recuperação econômica deu prestígio às políticas “neoliberais” (basicamente de livre-mercado) seguidas por praticamente todos os governos da região. Mas, como na maior parte do mundo, o atual crescimento do livre-mercado parece tornar os ricos mais ricos, a classe média mais classe média e os pobres comparativamente mais pobres. Na América Latina, com sua maioria pobre, esse tipo de crescimento pode traduzir mais derrotados do que vencedores (Chasteen, 2001, p. 18).

²⁷ Tal termo se refere à acentuação de alguns fenômenos ligados à pobreza, no início dos anos 90, especialmente nos países de maior tamanho populacional e econômico da América Latina como Brasil, Argentina, Venezuela e México. Entre esses fenômenos está a “reestruturação” e “flexibilização” do mercado de trabalho, juntamente com geração de desemprego, o que aumentou a informalização e a inserção em serviços precários por grande parcela da população.

O fato de terem se acentuado os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade, contribuiu para a restrição e para a dificuldade nos acessos à justiça e aos direitos, agravando com isso ainda mais os conflitos sociais. É nessa atmosfera que a violência encontrou e continua encontrando terreno fértil para sua propagação.

A taxa de homicídios tem-se mostrado fortemente correlacionada aos níveis de renda, mostrando que a questão da violência urbana não pode ser dissociada da aguda disparidade presente na sociedade, que tende a torná-la menos coesa, menos confiável, mais injusta e hostil (Macedo *et al*, 2001, p.520).

Tal afirmação pode ser comprovada em algumas investigações que apontam que os maiores índices de criminalidade e homicídios ocorrem em áreas periféricas das principais capitais do Brasil, onde existem altas taxas de desigualdade social.

Um estudo realizado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia mostra uma relação entre as condições de vida e as taxas de mortalidade por homicídios.

A mortalidade por homicídios na cidade de Salvador distribuiu-se de forma desigual entre os estratos de condições de vida em ambos os anos estudados. As áreas com indicadores mais elevados (alguns superiores à média da cidade) corresponderam, na maioria das vezes, a bairros

cuja população apresentava precárias condições de vida (Macedo, *et al* 2001, p.519)²⁸.

Adorno (2002), a partir de mapas traçados em alguns estudos sobre a violência nas maiores capitais do Brasil, reforça essa nossa visão. Diz ele:

No entanto não há como deixar de reconhecer relação entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura (Adorno, 2002, p. 112).

Sendo assim, podemos perceber que as políticas econômicas até hoje implantadas no nosso país ao distribuírem de maneira incoerente a riqueza, criam mecanismos que se transformam em molas propulsoras da violência.

No que se refere à violência antigay relatada nas entrevistas, a pobreza e a desigualdade social foram fatores que surgiram em alguns discursos. Entretanto, essa presença não é tão evidente, porque fica claro que o que mais

²⁸ Essas informações refletem o risco de morte por homicídios nas populações residentes em áreas periféricas de Salvador, visto que o estudo tomou como referencial o local de residência e não o

provoca o ato da violência é a orientação sexual da vítima e não o contexto social em que ela está inserida.

1.2. O Espaço Social da Violência.

Como sinalizamos, a violência se expressa de diferentes maneiras e sob vários aspectos. Uma característica desse processo se refere ao espaço social onde ela ocorre, que pode ser no âmbito privado ou público.

Um exemplo de violência que desenvolve-se no âmbito privado, é a que ocorre no lar, mais conhecida como violência doméstica. Esse tipo de violência mostra-se como uma questão extremamente presente hoje na sociedade brasileira. Sua prática não se restringe a segmentos sociais isolados, ou seja, ela pode ser executada tanto por indivíduos de camadas sociais menos favorecidas quanto o contrário. Isso aponta que a violência doméstica possui uma particularidade que é a não associação com as condições de vida, o que nos leva a crer que sua prática se deve a outros determinantes, um exemplo é o alcoolismo²⁹.

Uma das maiores consequências da violência doméstica, está no fato de que ela enfraquece a principal rede de socialização que é a família. Esta que compreende a nossa principal rede de proteção, onde desenvolvemos nossas

local de ocorrência.

²⁹ Existem alguns estudos que apontam uma relação entre a ingestão de bebidas alcoólicas e o aumento no número de denuncia de violência no ambiente familiar. Sua maior vítima é a mulher, crianças e adolescentes, além de idosos e pessoas deficientes físicas e mentais.

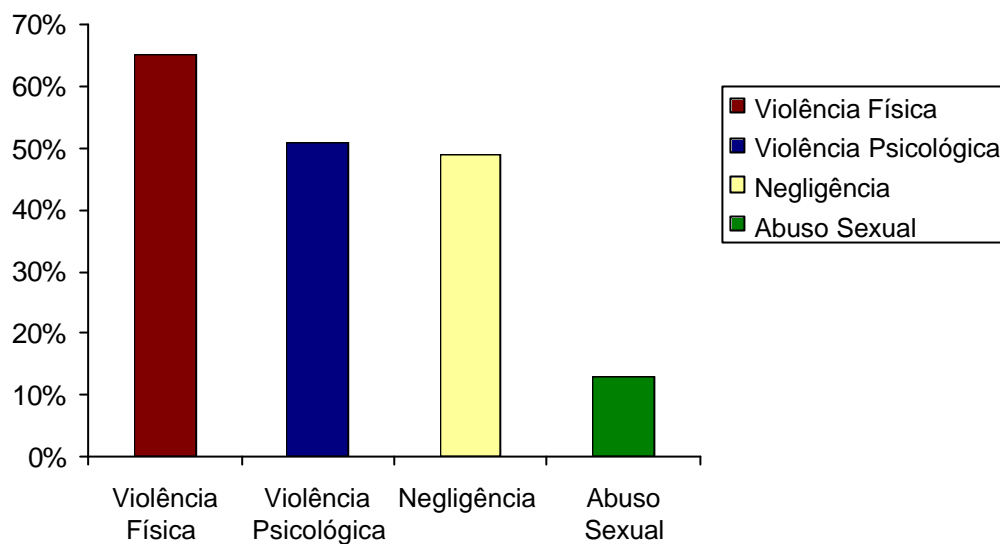
primeiras percepções acerca do mundo e de nós mesmos. É com ela que ocorre o que Berger e Luckmann (2003) vão chamar de socialização primária, que são os primeiros contatos com a sociedade e com o “mundo exterior”. Isso a torna o valor mais importante para o indivíduo e a estrutura básica de toda socialização³⁰.

São caracterizados como violência doméstica, atos cometidos dentro dos lares por pessoas que convivem no ambiente familiar, como empregados, agregados e visitantes esporádicos. Embora nesse tipo de violência os números de mortes sejam menores, os prejuízos individuais, familiares e sociais são calamitosos.

Essa violência pode ser subdividida em: violência física, considerada a mais freqüente; violência sexual ou abuso sexual; violência psicológica e negligência.

³⁰ Vale ressaltar que nesse processo de socialização, a escola, em conjunto com outros mecanismos de socialização, – socialização secundária – representa o local onde também se desenvolvem aspectos de nossa personalidade e de nossas relações com os diversos segmentos sociais.

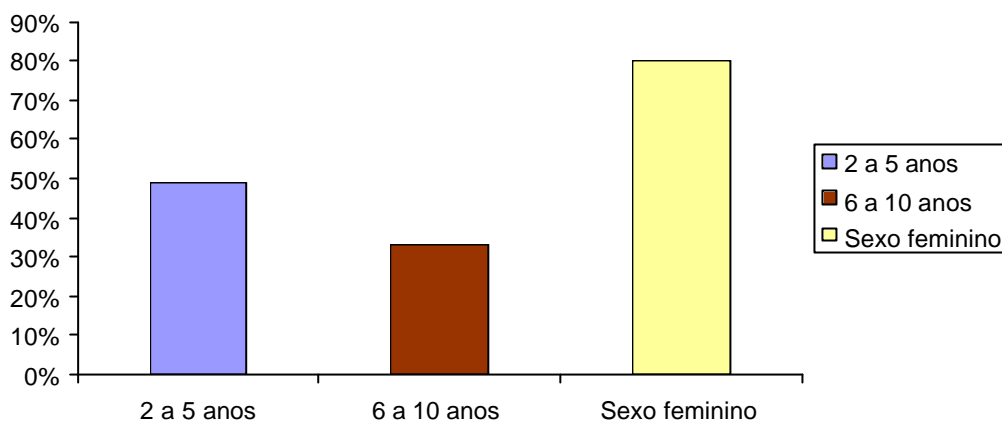
FORMAS DE VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 1998-1999



Fonte: ABRAPIA

Com relação a esses dados, estudos apontam números alarmantes. Mesmo não sendo considerada a mais freqüente, o abuso sexual surge no neste cenário numa escala considerável, pois, no mundo, para cada 5 meninas 1 já sofreu abuso sexual. Quanto aos meninos, o número desce de 1 para cada 10.

ABUSO SEXUAL



Fonte: ABRAPIA

No Brasil houve um avanço no combate a esse tipo de violência doméstica. Tal fato se deve em grande medida à promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Contudo, vale salientar que isso ainda é incipiente e as crianças vítimas de violência continuam formando um grande contingente, no qual encontramos “a infância pobre, vítima de violência social mais ampla; a infância explorada, vítima de violência no trabalho; a infância torturada, vítima da violência institucional; a infância fracassada, vítima da violência escolar; a infância vitimizada, vítima da violência doméstica.” (Azevedo e Guerra, *apud*, Day, 2003, p.12)

Já no tocante as mulheres, em todo o mundo, pelo menos uma em cada três já sofreu algum tipo de violência, ou espancamento, coação ao sexo ou

alguma outra forma de abuso. Esses abusos são praticados em sua maioria por homens (67,4%), cônjuges e ex-cônjuges³¹.

Outro, dos principais motivos que levam essas mulheres a serem vítimas é a que se convencionou chamar de “machismo”, que significa: “atitude ou comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos para o homem e a mulher” (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986). Assim, o agressor se coloca no lugar de detentor do direito de agredir em prol da sua honra, do seu lugar de homem, o que mostra que essa violência pode também possuir um caráter subjetivo.

Day (2003) aponta para o fato de que em sua forma mais grave esse tipo de violência leva a morte da mulher e que a pobreza, mesmo não sendo o fator determinante, aumenta sua probabilidade.

Na violência doméstica contra a mulher, o abuso pelo parceiro íntimo é mais comumente parte de um padrão repetitivo, de controle e dominação, do que um ato único de agressão física. O abuso pelo parceiro pode tomar várias formas, tais como: agressões físicas como golpes, tapas e surras, tentativas de estrangulamento e queimaduras; (...) abuso psicológico por menosprezo, intimidações e humilhação constantes; coerção sexual; comportamentos de controle tipo isolamento forçado da mulher em relação à sua família e amigos. (Day, 2003, p.15)

³¹ Os dados apresentados sobre a violência contra mulher foram tirados do site www.psiqweb.méd.br e se referem a dados levantados nas DDMs de São Paulo entre os anos de 1988 e 1992.

Freqüentemente as reações das mulheres agredidas são limitadas pelas opções colocadas a sua disposição. Algumas tentam resistir, outras fogem, mas grande parte submete-se a exigência de seus maridos ou companheiros. As justificativas alegadas são: medo de represália, perda do suporte financeiro, preocupação com os filhos, entre outras.

E é justamente sob o prisma da violência privada, principalmente doméstica, que a violência antigay se manifesta com maior ênfase nos relatos. A família – pais e irmãos principalmente – em algumas passagens agem de forma violenta ao tomar conhecimento sobre homossexualidade de seu membro.

*(...) porque os dois ficaram me segurando e o meu irmão aproveitava para me dar soco, me bater também.(...) o meu irmão foi para a rua e da rua ele ficava...aí o meu pai me trancou dentro do quarto. Aí eu abri a janela assim...fiquei nervoso querendo pular lá de cima, no 2º andar para pegar o M na porrada. Aí ele lá do lado de fora da rua, os vizinhos se ajuntaram na rua, aí meu irmão: “Ah, não sei o que, vou contar pra todo mundo que você é viado, que você dá a bunda pro G”
.(Mauro)*

Entretanto, essa violência se expande para além do contexto físico e atinge em grande medida o plano psicológico,

A minha mãe é totalmente homofóbica, ela falava que não ia aceitar isso nunca. Que ela preferia...falou várias coisas pra mim... preferiria que eu fosse... que tivesse um câncer ou que ela tivesse um câncer , que

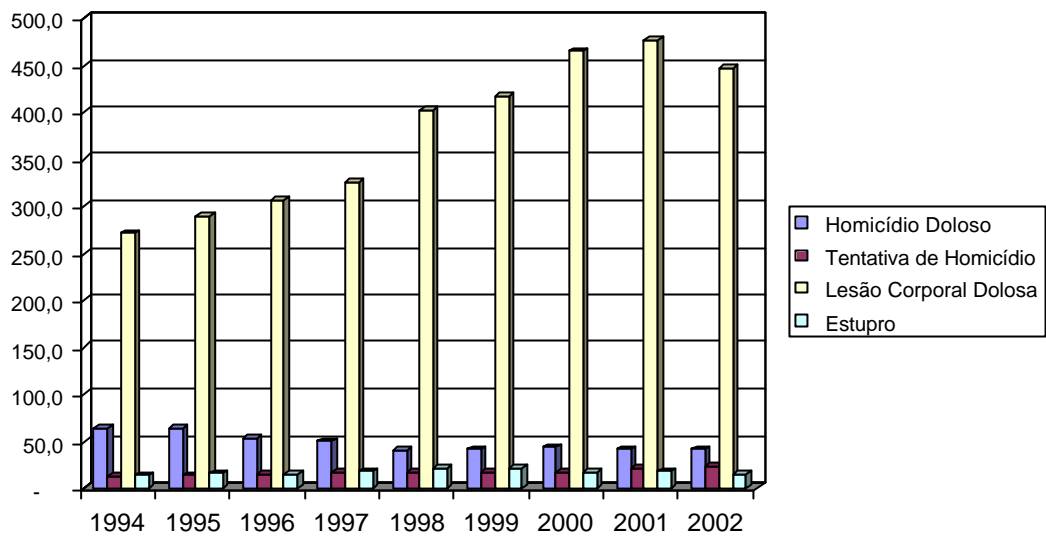
eu tivesse nascido com síndrome de Down, falava que eu era um verme, que não podia comer no mesmo prato que eles, porque eu podia contaminar, umas “paradas” assim. A minha mãe é enfermeira, ela ligava pra minhas tias, falava que eu não podia – ela sendo enfermeira – falava pra ter cuidado comigo na hora de usar o banheiro deles, sabe? Eu podia transmitir alguma doença, não me deixar sozinho com meus primos, que são menores de idade, porque eu podia abusar sexualmente deles, sabe? (Mauro)

Ainda com relação ao espaço social da violência, temos aquela que ultrapassa os limites do espaço privado, é a que denominamos como “violência externa”. Para classificá-la, elencamos os seguintes atos: assassinatos, roubos e furtos, ações de grupos de extermínio³², enfim todo tipo de ação que caracterize violência e se manifeste pelos sujeitos fora de um âmbito privado. Sua marca principal é que ela é executada sem que lhe seja atribuída uma delimitação de espaço, ou seja, ela pode ocorrer nos mais diferenciados contextos e em diversos locais,. Tomando como exemplo o furto, ele pode ocorrer tanto numa residência, como na rua, que é um espaço público.

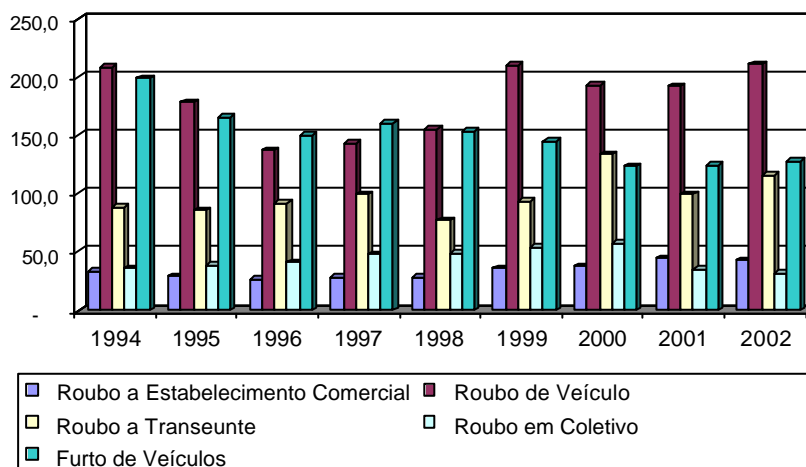
Dados estatísticos permitem constatar a ocorrência desses crimes e mostram uma variação significativa nos seus índices de 1994 até 2002³³.

³² Genericamente falando, estas também são as formas mais divulgadas pela mídia e as mais presentes no cotidiano das sociedades como um todo, principalmente das grandes metrópoles.

³³ Esses dados por sua vez, são em sua maioria provindos de bases estaduais, como a Secretaria de Segurança Pública e de ocorrências policiais.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro / Anuário Estatístico do Núcleo de Pesquisa e Análise Criminal 1994/2002



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro / Anuário Estatístico do Núcleo de Pesquisa e Análise Criminal 1994 / 2002.

Adorno (2002) afirma, com base em alguns estudos, que esses tipos de crimes, denominados crimes violentos, estão na raiz dos sentimentos de medo e insegurança da população urbana. Eles emergem, principalmente de assassinatos, da consolidação e fortalecimento do crime organizado. Um outro dado apontado por Adorno, é que há uma maior predominância da participação e vitimização de jovens e adultos do sexo masculino provindos de áreas carentes, o que mais uma vez sugere algum tipo de ligação entre violência e pobreza.

Já os crimes praticados por grupos de extermínio, são associados às práticas peculiares de se “fazer justiça” o que os tornam mais aceitos socialmente. Em outros termos, isso se deve ao fato desses crimes, muitas vezes, serem praticados com a justificativa de que se está fazendo justiça em prol da própria comunidade, seja no sentido de “eliminar” aquele que praticou algum tipo de ato contra essa comunidade – roubo, estupro –, seja no sentido de excluir quem não seguiu determinadas normas.

Trata-se de coletivos organizados em caráter permanente para execução sumária de suspeitos de cometimento de crimes. Predominam nas grandes metrópoles brasileiras, em especial em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Cresceram notadamente a partir da década de 1980. Compõem-se de civis, cidadãos comuns, habitantes dos bairros populares, que agem sob contrato, acordo ou cumplicidade de outros agentes sociais – notadamente policiais, comerciantes locais, moradores tradicionais -, os quais não se envolvem diretamente nas ações. Suas vítimas compreendem cidadãos, quase

sempre originários da mesma localidade, considerados delinqüentes ou portadores de antecedentes criminais. (Adorno e Cárdua *apud* Adorno, 2002, p. 99).

A presença da “violência externa” contra homossexuais foi referida por diferentes entrevistados. Um deles diz:

Uma vez foi em Pavuna. Um rapaz queira me roubar, me roubou, começou a me bater no meio de todo mundo, dizendo que eu era “viado”, ele e mais 12 me batendo. E eu não tinha nem olhado o cara, era uma criança.(...)

A rua cheia e ninguém fez nada. Ele queria pegar uma barra de ferro e dar em mim.(...)

Tudo porque eu era homossexual. Nem o motorista do ônibus queria que eu pegasse o ônibus. Ele disse que “viado” não entra aqui não e me botou para fora. Mas isso porque eu não tinha me insinuado, eu não tinha feito nada! O cara só queria me roubar só. Isso era pretexto para dizer que eu era “viado” e ninguém fez nada.(Lucas)

A possível relação entre pobreza e discriminação é notadamente percebida na fala acima. O ato do roubo se transforma em mais violento quando a orientação da vítima se torna uma das razões da agressão.

1.2.1. A Violência policial ³⁴

A violência policial nos últimos anos tem se caracterizado como um fator de grande impacto na sociedade brasileira visto a proporção que tem tomado, inclusive na mídia³⁵.

Organizada sobre bases estaduais, a polícia divide-se entre a polícia civil de caráter investigativo e a polícia militar, de caráter ostensivo. Vista sobre o prisma do senso comum, entendemos a polícia como um órgão que deve garantir segurança que possui como um de seus principais intuitos proteger os cidadãos, atuando no sentido de manter a ordem social.

Contudo, o que vemos hoje, através da mídia, é uma polícia desestruturada que, subordinada as precárias condições de trabalho, vem atuando de forma cada vez mais degradante. Seja através da aceitação de subornos, seja trabalhando em prol do crime organizado, esta vem deixando de representar a segurança para representar o medo.

Tendo a violência como método de atuação, alguns policiais a têm utilizado no dia-a-dia, colocando principalmente como foco de repressão grupos e indivíduos vulneráveis e socialmente discriminados. Dessa forma, a polícia deixa de ser vista como uma instância garantidora de proteção, deixando de atuar em

³⁴ Nesta categoria levamos em consideração todo e qualquer ato praticado pela instituição policial seja ela dentro ou fora do âmbito privado, ou seja, tanto o ato praticado em via pública quanto aquele praticado em presídios e delegacias.

³⁵ A todo momento jornais de grande circulação noticiam abusos de policiais que variam de agressões até assassinatos. Exemplo desse tipo de violência, foi o que ocorreu com o estudante Rômulo Batista de Melo, numa delegacia de Cabo Frio: "o universitário Rômulo Batista de Melo morreu em consequência de traumatismo craniano e hemorragia cerebral provocados até 24 horas antes de sua morte. A informação está no laudo do IML(...) Nas 24 horas que antecederam a morte

“prol” para atuar “contra” a população. Sua ação nesse sentido se pauta na omissão, no preconceito e na violência (Machado; Noronha, 2002)³⁶.

Em se tratando de homossexuais a violência pode alcançar ainda um patamar bem mais elevado, já que tais comportamentos são na concepção policial um afronta a posição social do homem – dominador, macho – que é ainda mais revigorada nesta profissão essencialmente masculina.

Sobre isso nos diz um dos entrevistados:

É. Já apanhei muito de polícia muito, mais de polícia do que de ladrão. Não, mais de ladrão do que de polícia, com certeza.(...) Já, nossa! De polícia já apanhei muito. (...) Já apanhei de polícia aqui em Realengo, faz pouco tempo, foi ano passado. Nunca mais vou voltar até lá. (...) Já tinha apanhado de polícia, me bateram e eu não consegui correr mais. (...) Aí me bateram tanto, tanto,tanto, tanto, tanto em mim e em outras pessoas também. Bateram muito, muito. Eles não queriam deixar a gente ir embora. (Lucas).

Um ponto agravante é que a partir do momento em que o aparelho que deveria garantir a segurança dos cidadãos se transforma em um aparelho de repressão e violência, a insegurança torna-se um componente mais fortemente presente na sociedade.

de Melo, ele esteve na 126ª DP (Delegacia de Polícia), em Cabo Frio (a 154 km da capital)" (Folha de São Paulo, Fevereiro, 2004).

³⁶ Fato interessante é que existe uma discrepância com relação ao local onde se efetua a ação da polícia. Em locais que o poder aquisitivo da população é maior, existe uma maior vigilância sobre essa ação por parte do poder público. Essas evidências se “expressam nos coeficientes de alocação dos policiais entre áreas de classe alta e média, nas quais a relação é de 1 policial militar

1.3. Tipos de violências.

A percepção de que a violência é um fenômeno multifacetado, permite-nos classificá-lo de diferentes formas. Uma delas diz respeito à distinção entre violência física, psicológica e social.

(...) as violências não se reduzem à criminalidade e, no campo da saúde, correspondem a “qualquer ação intencional realizada por indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais” (Macedo, *et all apud* Franco, 1995, p.516).

Normalmente a primeira imagem que se constrói a nos referirmos ao fenômeno violência é do da agressão física. Entendido como àquele tipo de violência onde a marca e a expressão corporal tomam sentido e são visualmente percebidos.

Segundo Gianini; Litvoc; Neto (1999), podemos caracterizar a agressão física sob três aspectos: física ou verbal; ativa ou passiva; direta e indireta.

A violência física, como diz Day (2003, p.10), “ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas.”

Neste tipo de violência podemos englobar os casos de agressões. Dados mostram que para cada caso de homicídio no Brasil, ocorrem 100 de agressões. Este, portanto, é um índice elevado que atinge com maior frequência

para cada 150 moradores, e áreas pobres, nas quais a mesma relação se eleva para 1 policial

as camadas sociais mais vulneráveis, pois são esses os mais expostos a situações de risco, como a ingestão de álcool, por exemplo³⁷.

Mais uma vez percebemos que a questão econômica predomina não apenas como fator relevante, mas como um fator central. Isso porque investigações apontam para uma relação direta entre a precariedade das condições de vida e as vítimas de agressões físicas.

O fato de esse risco aumentado ter sido encontrado apenas no subproletariado reforça e mostra mais uma faceta de sua situação extremamente crítica em nossa sociedade. (...) Tudo isto resulta em autonomia limitada, nível de responsabilidade diminuído, auto controle precário e maior imposição a diversos fatores de risco. (Gianini, Litvoc e Neto, 1999, p.185)

No caso da violência antigay sofrida pelos nossos entrevistados, percebemos que com os sujeitos de condição sócio-econômica mais precária, a violência física aparece de forma mais explícita, o que corrobora a afirmação acima. Isso, supostamente está também ligado aos locais onde de convívio social que são em lugares onde os índices de violência são maiores, como bairros do subúrbio do Rio de Janeiro. Nestes locais a proteção policial é casuística, segregada e paliativa.

*Aqui na Praça de Realengo. Mas chegou um dia...
que eu na estação de Realengo e tinha um rapaz*

para 2.272 habitantes.” (Machado; Noronha, 2002, p.16)

no trem que começou a me xingar, porque eu estava com uma calça de lycra da “Fórum” bem apertada. E o rapaz começou a me xingar, começou a me xingar na porta do trem. (...) E eu na estação. Aí como eles botam aquelas pedras para segurar a porta, o cara tirou uma pedra daquelas e jogou. (Lucas)

No domínio psicológico a violência se manifesta em situações onde os seus alvos se escondem. Ou seja, é o tipo de violência onde o silêncio prevalece. Não é perceptível a olho nu, não é contextualizado. Dá-se no âmbito do inconsciente. Exemplo é o medo desencadeado pelo preconceito.

A violência psicológica inclui toda a ação ou omissão que causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas (Day, 2003, p.10).

Ela também pode ser entendida como um tipo de violência que se exerce pelo “poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro.” (Zaluar e Leal, 2001). Ela pode afetar todos os aspectos da vida, sejam eles comportamentais, acadêmicos, físicos, sexuais, comprometendo a auto-estima e estimulando no sofredor a reprodução da violência sofrida.

³⁷ Para ver com mais detalhes a pesquisa apontada, ler Day, V. P., et al. “Violência doméstica e suas diferentes manifestações”. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, vol.25, suplemento 1, 2003.

Esse tipo de violência é o mais predominante nas falas dos entrevistados e é desencadeada em grande medida pela família e suas reações ao descobrir ou ser informado sobre a orientação sexual dos entrevistados.

(...) Aí a gente voltou e eu fiquei mais um pouquinho alegre, mas mesmo assim eu continuei mal, porque o problema não era o G, o problema era a minha família, sabe?

(...) não, eu não quero que você saia com a cachorra de noite assim e eu não quero que a minha cachorra seja vista com um viadinho na rua, porque quando eu sair com ela vão achar que eu sou viado também...(Mauro)

Uma forma de violência que reflete sobre a vida dos indivíduos de forma a transformá-los em incluídos e excluídos, provocando assim dissociações de classe, de acesso e até mesmo de direitos, é aquela que chamamos de violência simbólica.

Bourdieu coloca que esta se “exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la.” (Bourdieu, 1997, p.22) É a violência que não fala, efetivada principalmente nas relações sociais.

É através do termo violência simbólica, que Bourdieu tenta desvendar “o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como “naturais” as representações ou as idéias sociais dominantes.” (Vasconcellos, 2002, p.80). Ele coloca que é através dessa violência que se apóia o exercício da autoridade desenvolvida pelas instituições e pelos seus agentes.

Um exemplo dado por Bourdieu refere-se ao sistema educacional. Ele considera que o repasse na escola da cultura escolar, como seus conteúdos, programas, métodos de trabalho e avaliação, próprios das classes dominantes, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares.

Enfim, o termo violência simbólica explica a adesão dos dominados ao que é imposto, a partir, principalmente da aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito, morais e outras.

A violência antigay expressa nas entrevistas se associa em grande medida a esse tipo de violência, isto porque é evidente que o sofrimento desencadeado, assim como a reação familiar frente à descoberta está extremamente vinculada a uma noção normatizadora e heterossexista na qual múltiplas expressões sexuais são consideradas indesejáveis. Dessa forma as regras morais sobrepõe-se a noção de direito e individualidade que é totalmente excluída.

Outrossim, essa violência pode se apresentar sob um disfarce da aceitação. Neste caso os pais “aceitam” a homossexualidade, porém deixam claro que não a aprovam e exigem que os filhos não a explicitem para os demais sujeitos de sua convivência o seu desejo por pessoas do mesmo sexo.

Bom, eu falei primeiro para minha mãe, só que eu não sou uma “pintosa” e ela falou para mim que eu podia ser o que eu quisesse, menos traficante e nem fizesse vergonha na frente do povo. Então eu me mantive e eu não sou uma pessoa solta, espontânea, eu sou uma pessoa normal, quem

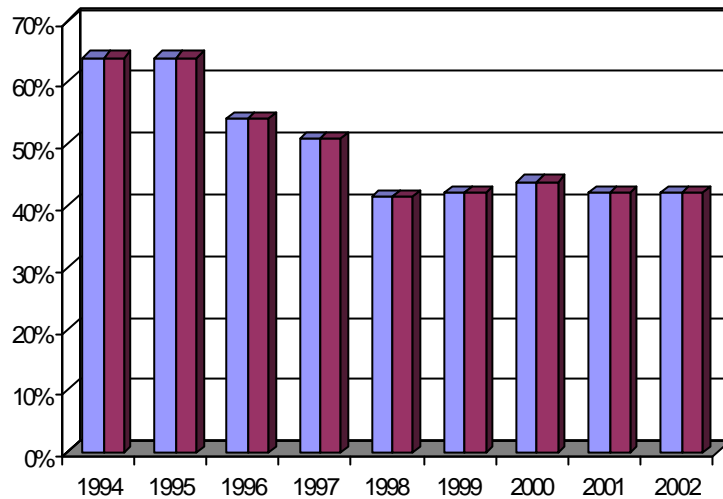
me vê não diz que eu sou homossexual, é difícil.
(Lucas)

Nessa fala percebemos claramente o lugar social que o homossexual ocupa, onde fica concebido como aceitável a sua orientação sexual, porém de forma que não fique explícita. Assim, a violência se promove simbolicamente porque oprime o sujeito para que este se coloque de uma maneira que seja aceito, ou seja, comportando-se como um “homem-hetero”.

1.4. Conseqüências, Reações e Impactos.

Como vimos até o momento, a violência é um fenômeno amplo originado de diferentes motivos. Devido a isso ela gera uma série de conseqüências. Uma das principais sido o aumento da mortalidade por causas violentas ao longo da década de 1990, tendo as taxas de homicídios chegado a ocupar uma das primeiras posições entre essas causas de mortes (Macedo et all 2001). Esse aumento, por sua vez, com bastante freqüência, gera outras situações de violência que alimenta um ciclo vicioso que cada vez mais ganha densidade.

Taxa de Homicídio Doloso por 100.000 ha - Rio de Janeiro - 1994 / 2002



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro / Anuário Estatístico do Núcleo de Pesquisa e Análise Criminal.

Uma outra conseqüência assustadora da presença maciça da violência em nosso meio é que ela passa a ser vista como “natural” na medida em que é algo sempre presente na rotina de muitas pessoas. É a cultura da “violência normalizada”, ou seja, a violência aparece não apenas como uma escolha, mas como um processo incorporado³⁸.

Crianças e adolescentes que vivenciam atos de violência cotidiana, como vítimas diretas, testemunhas ou convivendo com pessoas vitimizadas, podem desenvolver uma

³⁸ Para melhor compreendermos essa apropriação da violência como algo naturalmente apropriado, partimos da proposta de Bourdieu sobre *habitus*, que, assim como nos coloca Filho (2001), ele representa o instrumento onde se constitui a cultura do indivíduo, formada pela escola e pelo meio social em que vive, e é a partir dele que se processam os gostos e os diferentes estilos de vida. Ou seja, o *habitus*, “constitui um conjunto adquirido de padrões de pensamento, comportamento e gosto capaz de ligar a estrutura com a prática social (ou ação social)”. (Zaluar; Leal, 2001, p.149)

dessensibilização emocional à violência, ou seja, podem passar a percebê-la como componente normal da realidade, deixando de reagir negativamente a eventos dessa natureza e a incorporando aos seus contextos culturais (Polanczyk, Zavaschi, Benetti, 2003, p.12).

Nesse contexto a lei surge como algo abstrato e com validade casuística. Exemplo disso é o que ocorre em comunidades onde o tráfico exerce dominação. Assassinar e roubar aparece com novos formatos nos vocábulos dos jovens que se envolvem com o narcotráfico e é a marca maior de soberania e de sobrevivência. Os que não fazem o “jogo” são perseguidos e punidos e nada se faz a respeito. Sua morte é muitas vezes precoce, pois faz parte do contexto e essa, com raras exceções, é a única posição possível dentro da realidade do dia-a-dia.

Dessa forma a violência se mostra, amplamente falando, como um problema social que possui uma relação tanto com a pobreza e a falta de acesso, como já discutimos, como também com a precariedade dos sistemas educacionais e a ausência de políticas públicas que, poderiam trabalhar melhor nos sujeitos à noção de direito, de cidadania e a própria questão da sexualidade. Portanto, parte da responsabilidade é do poder público que há muito tempo negligencia essa realidade.

Contudo, devemos atentar para o fato de que essa naturalização vai para além do fator econômico e possui uma vinculação direta com a cultura. Este, tende a se apresentar também como um componente de grande impacto, pois a

partir dele e juntamente com as idéias que fazemos sobre uma determinada questão tendemos a culpabilizar as vítimas da violência, como em muito ocorre com os homossexuais, onde se joga em seu “comportamento desviante” o motivo que o levou a sofrer violência e, por conta disto, tendemos a não nos solidarizar com essas vítimas.

Mas essa noção não perpassa apenas as idéias dos sujeitos heterossexuais. Tal fato fica bem visível na fala de alguns entrevistados que se auto culpabilizam e naturalizam a violência sofrida com base nessa concepção, não buscando assim mecanismos que possibilitem suporte, como o DDH (Disque Defesa Homossexual).

Vale ressaltar que apenas em uma fala percebemos a consciência de que hoje existe – mesmo que escasso – um aparato de proteção social que dê suporte a vítimas de violência e apenas nessa fala também o entrevistado busca ou direciona outros gays de seu núcleo de convívio para buscarem suporte na rede de proteção.

É muito mais pelo processo de educação política que eu tive com os gays, do movimento,... de educação pra cidadania. Nunca procurei, mas já encaminhei gente pra lá... olha, procura o DDH, a professora Zuzarte que, faz um trabalho muito bom...(Sandro)

Muitos dos entrevistados gostariam de denunciar a violência sofrida e expor os seus desejos homoeróticos. Contudo, para eles isso se torna muito difícil

pelo medo que tem de enfrentar uma sociedade preconceituosa e discriminante. É o silêncio que perpassa o proibido.

De repente, como disse, pra algumas pessoas como minha família, pelo menos meus pais...mas que agora você me perguntando isso...é...acho que, como falei, não tenho coragem porque tenho medo das conseqüências, da repercussão disso na minha vida profissional. (Renato)

No que tange as reações desencadeadas pela violência, estas podem se expressar no estabelecimento de padrões comportamentais que vão desde a adesão por parte de alguns segmentos sociais da idéia de que a violência é o método correto a ser utilizado, isto é, “violência para combater a violência”, à apropriação de meios e mecanismos de autodefesa e “autoproteção” como a entrada de armas no ambiente familiar, fato que podemos chamar de “auto-armamento social”; assim como a passividade diante da violência sofrida ou o despertar de um sentimento de revolta.

No que concerne especificamente à violência antigay ouvida nos relatos, podemos perceber que a violência sofrida leva as mais diferentes reações.

Vejamos:

Olha! Geralmente quando aconteceu, eu não reagi muito. Eu achava que eles tinham razão, certeza. Eu acho! (...) E até hoje eu acho que eles têm um pouco de razão, não ao roubo. Me roubar eu acho uma “sacanagem”. Eu não que eles tem razão totalmente. Eu acho que a época que eu

*vivi, eu achava que eles tinham razão, eu achava.
(Lucas)*

Neste, em particular, percebemos que na fala da vítima encontra-se intrínseca uma idéia de culpa, deixando transparecer que a violência sofrida tem uma relação direta com a sua homossexualidade e que isso reserva ao agressor o direito de exercer o ato sobre ele. Percebe-se, portanto, que por parte do entrevistado existe uma ausência da noção de direito, de espaço social e de cidadania.

Entretanto, em outros relatos, fica claro a revolta perante a violência sofrida e o despertar desse sentimento mostra que existe por parte da vítima a noção sobre seu lugar perante a sociedade, contudo esse processo se dá de forma gradativa,

(...) naquele primeiro momento eu fiquei muito...eu era muito recatado, muito frágil de nunca revidar...então eu me senti muito mal, muito pra baixo, porque teve uma capacidade de me derrubar muito forte, de fazer eu me sentir um lixo mesmo. Hoje em dia eu sinto raiva, porque acho que não há direito nenhum dela ter feito aquilo, ou mesmo quando uma pessoa vai a porta de uma boate e faz aquilo eu também sinto raiva, porque a visão que eu tenho é que não um fato assim que vai determinar a minha vida, e o que eu tenho que fazer. Não é isso que vai dizer se eu sou melhor ou pior dentista ou melhor ou pior filho...então porque isso está tão encravado na sociedade ? Eu costumo dizer que se eu não fosse gay

encararia muito naturalmente, porque não consigo ver o que existe de tão errado, o que preocupa tanto as pessoas! Porque de repente o cara que trai a mulher com todas as mulheres é bem aceito e porque o cara que tem um relacionamento fixo não é? (Beto)

A violência pode também desencadear outras reações de cunho violento, como em assaltos, onde o assaltante pode passar de autor a “vítima” ou de autodefesa, como visto em alguns relatos.

Ah, já muitas vezes...por isso que eu acho fundamental essa coisa do grupo, porque se a gente está junto, eu, mais dois amigos se alguma coisa assim acontece...porque assim, você tem o amparo, você tem outras pessoas do seu lado que servem como testemunha (...) Já sai pra porrada...(Sandro)

Assim analisando, a violência conseqüentemente produz além das reações, impactos sobre a vítima tanto no campo do coletivo, quanto no individual. Coletivamente, pode levar determinado grupo a se unir em torno de um ideal, como por exemplo, uma caminhada de protesto ou pela paz, ou grupos de apoio de pais que perderam seus filhos assassinados. Pode também promover manifestações com objetivos contrários, onde o intuito não seja a paz, mas interesses políticos ou religiosos comuns a determinadas pessoas, como as

milícias e os grupos terroristas³⁹. Já no plano individual, a violência pode produzir diferentes impactos. Ela pode causar danos psicológicos a quem a sofreu, eclodindo em traumas.

Em nossas entrevistas, podemos perceber que a família contribui em grande medida para a eclosão desses traumas.

Foi aí que eu comecei inserir a terapia e realmente eu fiquei numa situação muito ruim, muito deprimido e chorava o tempo todo, tinha vergonha dos meus pais, vergonha de encarar, de olhar nos olhos. (Beto)

Traumas desse tipo podem levar o sujeito discriminado a sanções pessoais como se negar, se isolar, culminando em processos depressivos. Tais sanções possuem uma ligação maior com o plano do psicológico e do simbólico e é onde o foco da violência antigay se concentra com maior ênfase.

Então, eu fiquei mal sabe? Fiquei depressivo, fui pro psiquiatra, fui pro psicólogo, fiquei toando antidepressivo. Não dormia, só dormia a base de ansiolíticos, Diazepan. Aí é... aí foi um período ruim da minha vida, só tirando notas ruins na faculdade. (...)

Depois disso eu tomei nojo da minha família, se você me perguntar se eles moram no mesmo lugar eu nem sei... (Mauro)

³⁹ O terrorismo é um assunto delicado, mas podemos entendê-lo como uma questão no campo do subjetivo, fruto de um ideal ou de uma crença, que promove diversos atos de terror, onde se vitimiza um conjunto de pessoas – na maioria inocentes – para se contestar sobre uma determinada questão. Entre esses atos temos as diversas ações de “homens bombas”, que promovem verdadeiras catástrofes sociais ao matarem centenas

A passividade com que alguns dos entrevistados encaram o fato de serem vítimas expressas da violência – mesmo que ela não se manifesta de forma clara – mostra que este fenômeno possui muito mais desdobramentos do que é possível perceber. É o seu viés oculto. Entretanto, a passividade dessa violência também surge do outro, daquele que assiste.

*Uma vez eu estava na academia de ginástica (...) estava malhando, malhando. Parei para me olhar no espelho, porque eu estava bem grande. Aí um rapaz chegou do meu lado e falou que eu estava olhando para ele, entendeu? Só que a academia é no 2º andar e ele disse que queria me jogar lá de cima, lá em baixo. E eu falei: Eu não estou olhando para você cara, eu não estou olhando para você. E ele falou assim: Não, você está me olhando sim! Porque você está me olhando? O cara era mais forte que eu, entendeu? Um pouquinho só, não era muito, muito, não. Mas eu não ia brigar com ele (...) Porque eu parei uma instrutora e eu comecei a conversar com ela. Falei para ela assim: “O cara está cismando que eu estou olhando para ele, e eu não estou olhando. Eu só estava me olhando no espelho e ele achou que eu estava olhando para ele” Ela queria defender o cara, ainda. (...) Ela não queria... não queria me defender. Eu acho porque eu sou “gay”.
(Lucas)*

de inocentes para protestarem contra a política e a repressão de países como os EUA e Inglaterra. Exemplo mais recente de suas ações foi o taque a estação do metrô em Madri / Espanha (Março / 2004).

Este capítulo permitiu-nos perceber como manifesta-se o fenômeno da violência de forma ampla na sociedade, suas formas e seus efeitos. Também, em conjunto e a partir das entrevistas, buscamos perceber como que a violência antigay se associa (ou não) com o que perpassa o senso comum a respeito desse fenômeno.

Vale ressaltar que, foi através dos relatos apresentados que pudemos vivenciar as respostas e os impactos da violência sofrida cotidianamente por cada um dos entrevistados. Uma violência que como visto, é camuflada e não é vislumbrada por boa parte da sociedade. Uma violência que se dá em grande medida no ambiente familiar se estende para outras fronteiras e que possui um requinte de crueldade, onde a discriminação e a violência são seus grandes percussores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a violência é um fenômeno social antigo, multifacetado e originado de diversos fatores. Ele gera a morte precoce de jovens e um sentimento de insegurança generalizado, fragilizando em grande medida as relações sociais, o respeito mútuo, etc. Sua presença na sociedade se dá em parte pela ausência de iniciativas e de controle por parte do poder público.

Associada a essas características, temos a violência antigay que também possui raízes profundas em nossa civilização, embora sua consolidação esteja vinculada muito mais ao advento do Cristianismo e ao poder instaurado por este que, impôs ao mundo ocidental normas de conduta, sobre o que devemos ser ou não, sobre o que é certo ou errado, pautando sua autoridade no divino, isto é, na vontade de Deus.

Diante disso, vimos que a homossexualidade, colocada no rol do pecado e do profano, foi ao longo dos tempos sendo tratada das mais diferentes formas, sempre se vinculando a noção de pecado e de anormalidade. Com isso os homossexuais foram queimados em fogueiras, em praça pública e tratados como doentes mentais chegando a serem asilados e enclausurados. Sendo as maiores vítimas da epidemia de AIDS nos anos 1980 e devido à sobrecarga cultural que seu comportamento sexual carrega, foram os mais culpabilizados pela sua propagação. Tal fato só fez aumentar ainda mais o preconceito e a discriminação contra esse grupo.

Mesmo com avanços nos últimos anos em relação a nossa percepção acerca das relações amorosas e afetivas entre pessoas do mesmo sexo, essas mudanças não refletiram significativamente na redução das distintas formas de violência antigay.

Ouvir a história de vida de 10 homens, gays, que enfrentaram e enfrentam o preconceito de uma sociedade que possui em suas bases culturais a heterossexualidade como a única forma de relacionamento aceita, onde o padrão macho/hetero é cultivado e que por isso são “obrigados” a sofrer todo tipo de violência, que tiveram que lidar com o medo, com a dúvida, com a incerteza que lutaram e lutam para serem reconhecidos enquanto sujeitos sociais, cidadãos possuidores de direito, foi sem dúvida lidar também com minhas próprias concepções acerca da minha noção sobre respeito, sobre liberdade, sobre identidade, sobre moral, regras sociais, enfim foi pensar no outro sem levar em consideração aquilo que me foi culturalmente passado sobre vida, sobre relações e relacionamentos interpessoais.

Nesses relatos também pude perceber o quanto a sexualidade – algo tão central nas nossas vidas – constitui um pesado fardo.

Acreditamos que é justamente essa carga cultural, aliada a outros fatores como a pobreza e a desigualdade, a falta de acesso aos mecanismos educacionais, entre outros, os responsáveis pela concentração de atos violentos contra homossexuais.

Analisando cada detalhe das entrevistas, pudemos perceber aos poucos que pensar sobre isto foi para muitos um processo doloroso que os fez rememorar

toda uma vida de desafios e rupturas, desafios esses que para alguns ainda não foram superados.

Percebemos que a violência em suas múltiplas manifestações aparece de forma bem clara nos relatos colhidos e analisados, porém sua característica mais peculiar está ligada em grande medida as relações familiares. Podemos destacar que nos relatos a violência perpassa diferentes espaços, como escola, a própria rua e locais de convívio, como bares e boates, porém, é mesmo no ambiente doméstico que ela predomina, sendo justamente a relação com a família o grande complicador.

Um outro fator que se destacou nas entrevistas foram os agentes causadores da violência que, incluíram desde os familiares próximos como mencionado (irmãos, mãe), até agentes externos ao convívio dos entrevistados, como policiais. Isto, por sua vez, não causa tanta surpresa, posto que notícias veiculadas em diferentes mídias têm salientado a participação de grupamentos policiais na violação de direitos humanos de gays por diferentes lugares.

Com relação aos tipos de violência sofridas a violência física é a que surge em menor escala, o que nos surpreendeu de certa forma. Contudo, mesmo nos poucos relatos, essa violência veio acompanhada de outras formas de agressão que, como a omissão e a passividade de terceiros pelo acontecido.

A violência psicológica e a simbólica surgiram com maior incidência. Entre estas os abusos psicológicos de diferentes tipos: intimidação; xingamentos; “deserção emocional” e, no limite, a produção de discursos de muito repulsa e desprezo.

O relevante de toda a pesquisa é que a violência foi por eles significada de diferentes formas, assim como lidar com o fato de serem homossexuais. Os relatos mostraram que nem todos conseguem lidar de forma tranqüila com sua sexualidade:

Olha, confesso que eu não gosto. Se eu pudesse escolher eu não escolheria ser homossexual, pq tipo, eu fico com medo do futuro, medo do que pode acontecer, entendeu? (Mauro)

Essa forma de lidar com sua sexualidade, pode também contribuir com as formas em que eles lidam com as situações de violência vivenciadas.

Visto isto, as entrevistas permitiram que especulássemos teoricamente sobre as situações de violência vivenciadas e também como a sociedade os sujeitos lidam com ela. Também permitiu que percebêssemos quais as suas formas mais comuns e os lugares onde ocorrem.

Acreditamos que o presente trabalho seja uma contribuição para que os estudos sobre a violência antigay se ampliem e que passem a fazer parte de discussões dentro e fora da academia, pois acreditamos que somente dessa forma tais violações de direitos humanos deixarão de fazer parte do dia-a-dia dessas pessoas e que se não estivermos “sonhando alto” políticas de combate eficazes serão implementadas.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS.

ADORNO, Sérgio. “Exclusão socioeconômica e violência urbana”. Sociologias, Porto Alegre, nº 8, jul/dez 2002.

AGACINSKI, Sylviane. Política dos Sexos; tradução de Márcia Neves Teixeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AMORIM, M. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2001.

ANDRÉ, S. A estrutura perversa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Anuário Estatístico do Núcleo de Pesquisa e Análise Criminal – NuPAC. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Segurança Pública. 1994/2002.

Anuário Estatístico do Grupo Gay da Bahia, 2001.

BANDEIRA, L. and BATISTA, A.S. “Preconceito e Discriminação como expressões da violência”. Revista Estudos Feministas, Jan 2002, vol.10, nº 1.

BERGER, P. LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão; tradução, Maria Lúcia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

CHAUÍ, M. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária. História do povo Brasileiro. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHASTEEN, J. C., América Latina: uma história de sangue e fogo; tradução de Ivo Korytowski. – Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças (coord). Violência e Exclusão Social – Niterói: EdUFF, 1999

COSTA, . F. Ordem médica e norma familiar. – Rio de Janeiro: Edições Graal, (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. nº 5), 1999.

COSTA, J. F. A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CUNHA, M^a. C. P., O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette, O beijo de Lamourette, São Paulo: Cia da Letras, 1990.

DESLANDES, S. F, GOMES, R e SILVA, C. M. F. P. da. “Caracterização dos Casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro.” Cadernos de Saúde Pública, vol. 16, no.1, 2000.

DOWDNEY, L. Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

ELIAS, N., O Processo Civilizador – uma história dos costumes (vol 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Estatística dos Atendimentos do Disque Defesa Homossexual – CERCONVIDH DDH – RJ.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. – 11.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, E. F. X. As entrevistas, Mulheres, militância e memória, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993

FREUD, S., O Mal-Estar na Civilização; trad. Jayme Salomão. – Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

GIANINI, R. J., LITVOC, J., NETO J. E.. “Agressão física e classe social”. Revista de Saúde Pública, 1999.

GÓIS, J. B. H. “Olhos e Ouvidos Públicos Para Atos (quase) Privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença.” Caderno Espaço Feminino. Uberlândia: , v.7, n.7/8, 2001.

_____. Vestígios da Força das Palavras. Escritos sobre AIDS. Tese de Doutorado. PUC. São Paulo, 1999.

_____. LACERDA, M. A., MERCADANTE, R., NASCIMENTO, E. F., in Anais do Congresso Brasileiro de Epidemiologia; Recife, 2003.

_____. , in Anais do Congresso da ABRASCO; Brasília, 2003.

_____. , in Anais do II Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde; São Paulo, 2004.

GONDRA, J. G. “Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem.” Cad. CEDES, Abr 2003, vol.23, no.59.

GREEN, James Naylos. Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX; tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HALL, R. O poço da solidão; tradução de Ary Quintella. – Rio de Janeiro: Record, 1998

Jornal Folha de São Paulo, edição de Fevereiro de 2004.

Jornal Folha de São Paulo, edição de Dezembro de 2004.

LARROSA, J., LARA, N. P de, organizadores. Imagens do outro; tradução de Celso Márcio Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Lesbaupin, Y. O Desmonte da Nação. Petrópolis, Vozes, 1999.

LOURO, G. L. Um corpo estranho – ensaio sobre sexualidade e teoria queer. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, A. C., PAIM, J. S., SILVA, L. M. V. et al. “Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador,” Brasil. Revista de Saúde Pública, 2001.

MACHADO, Eduardo P., NORONHA, Cici V. “A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas.” Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº7, jan/jun, 2002.

MARCONDES, F. C. “Violência Fundadora e Violência Reativa na Cultura Brasileira.” São Paulo em Perspectiva, Abril 2001, vol. 15, nº2.

MINAYO, M. C. S., SOUZA E.R.. “Violência para todos.” Caderno Saúde Pública, 1993.

MISSE, M., “As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio.” Contemporaneidade e Educação, v.1, nº 2, 1997.

MOTT, Luiz. Homossexuais da Bahia – Dicionário Biográfico, séculos XVI-XIX – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

_____. e CERQUEIRA, M. Matei porque odeio gay. – Salvador: Editora Grupo gay da Bahia, 2003.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. O que é o Lesbianismo – São Paulo: Brasiliense, 2000. (coleção primeiros passos).

ODALIA, Nilo. O que é violência? São Paulo: Ed Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, C. L. P.; BARRETO, P. C. da S.. “Percepção do racismo no Rio de Janeiro” in Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, nº2, 2003.

PARKER, R. G. Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: ABIA, 1997.

Política, Direitos, Violência e Homossexualidade – Pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2003.

POLANCZYK, G. V., ZAVASCHI, M^a L., BENETTI, S. Et al. “Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre”, Brasil. Revista de Saúde Pública, 2003.

ROCHA, H. H. PIMENTA. “Educação escolar e higienização da infância”. Cad. CEDES, Abr 2003, vol.23, no.59.

ROLDÃO, A. Dias de Ira: uma história verídica de assassinatos autorizados. – São Paulo. Globo, 2001.

SILVA, F. C. da, MEDEIROS, S. E., VIANNA, A. M. organizadores. Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens. – Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

SOARES, L. T., Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. – 2ed. – São Paulo, Cortez, 2002. - (Coleção Questões da Nossa época: v: 78).

SOARES, L. C. Rameiras, Ilhoas, Polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX – São Paulo, Ed. Ática, 1992.

SOIHET, R. “Formas de violência, relações de gênero e feminismo.” Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de ESTUDOS DE Gênero – NUTEG. – v.2, n.2 (1. sem. 2000) -. – Niterói: EdUFF, 2000.

SPENCER, C., Homossexualidade: uma história; tradução de Rubem Mauro Machado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 1999.

TREVISAN, J. S. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VASCONCELLOS, Mª D.. “Pierre Bourdieu: a herança sociológica.” Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abr/2002.

VAINFAS, R. História e sexualidade no Brasil (org.) - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ZALUAR, A. and LEAL, M. C. “Violência extra e intramuros”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fev 2001, vol.16, nº45.

ANEXOS